



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - Nº 482 - DE 10 A 24 DE AGOSTO DE 2014 - R\$ 3,00

Aprofundam-se as tendências bélicas **A resposta está no programa proletário:** **Revolução Mundial Socialista!** **Reconstruir a IV Internacional!**



Genocídio na Palestina



Guerra civil na Ucrânia



EUA bombardeiam Iraque

Pelo levante das massas oprimidas
para derrotar o imperialismo!
Expulsar os Estados Unidos do Iraque e do
Oriente Médio nacionalizando os recursos
naturais e estatizando as multinacionais!
Lutar pela emancipação dos
povos oprimidos sob a bandeira dos
Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio
Oposição revolucionária a Dilma

Vinte e cinco anos do jornal Massas

Este número coincide com 25 anos de existência do jornal Massas, do Partido Operário Revolucionário (POR). Trata-se de um percurso de construção do Programa da revolução proletária no Brasil e de formação de quadros leninistas vinculados aos explorados e à juventude oprimida. Dizemos leninista porque Lênin estabeleceu as bases teóricas e organizativas do partido marxista. O POR reivindica o marxismo-leninismo-trotskismo. Há um vínculo indissolúvel de continuidade entre esses três conceitos que sintetizam uma única corrente histórica do proletariado mundial. O trotskismo foi a denominação dada por Stálin e seus asseclas ao movimento de Oposição de Esquerda

Russa, liderada por Trotsky, contra a revisão estalinista do internacionalismo, que foi substituído pelo socialismo nacional. De fato, Trotsky não apenas compartilhou com Lenin a direção da Revolução Russa como deu continuidade ao leninismo lutando contra a degenerescência do estalinismo. A IV Internacional e o Programa de Transição são o mais genuíno resultado do internacionalismo marxista-leninista. Não por acaso, o POR se distingue das demais correntes centristas e revisionistas do trotskismo justamente por trabalhar diuturnamente pela aplicação do Programa de Transição nas condições particulares do Brasil. Os revisionistas se negam a constituir o partido como

O que muda nestas eleições e a política

A burguesia, seus partidos e a burocracia sindical puseram na ordem do dia a campanha eleitoral. Há um esforço comum de prender a atenção dos explorados. É fundamental para isso começar pela arregimentação da classe média. A maioria votante é de pobres e miseráveis. Tem sido difícil empolgá-los. A experiência negativa com o PT potenciou a rejeição dos explorados à farsa eleitoral, aos partidos apodrecidos e à democracia dos capitalistas.

A classe média se constitui no imenso colchão sobre o qual deita a democracia burguesa e repousam os partidos da ordem. Uma significativa parcela se perfilou por trás do PT nas eleições de outubro de 2002. Encontrava-se órfã diante de um PSDB que primou em arranjar a economia com os métodos e medidas ditadas pelo grande capital e pelo imperialismo (FMI, Bird, etc.).

O caudilho Luiz Inácio Lula da Silva avivou o interesse da classe média pelas eleições. Foi um momento particular da crise política em que a caudalosa pequena burguesia brasileira descobriu que ainda podia mudar o governo com seu descontentamento expresso pelo voto. A classe operária foi convencida de que também poderia decidir o afastamento do PSDB da presidência. Os peessedebistas foram castigados por terem aumentado o desemprego, a miséria e a fome. O PT recebeu aprovação das massas, que se agarram à esperança eleitoral quando não estão em luta contra a burguesia com suas reivindicações e seus métodos.

Nunca houve a experiência no Brasil de se ter um presidente operário. A burguesia teve de engolir o anseio popular, mas não sem antes determinar as condições de governabilidade. É bem possível que Lula tenha sido o melhor presidente aos olhos da classe operária, dos camponeses pobres e de camadas populares urbanas.

A situação econômica favorável permitiu a abertura de milhões de postos de trabalho, o salário mínimo teve aumento real, elevou-se o número de assentamentos agrários e ampliou-se o programa assistencialista. Em contrapartida, Lula fez a reforma antipopular da Previdência, estatizou os sindicatos com o apoio da burocracia sindical, arregimentou o MST e criou a Força Nacional de Segurança Pública.

Essa combinação já não pôde ser feita com Dilma Rousseff. A queda no crescimento econômico, a volta das demissões, as pressões inflacionárias, a piora nas condições de

existência dos pobres, a brutal opressão sobre a juventude e os desequilíbrios nas finanças públicas encerraram o ciclo político do pseudo reformismo do PT.

Grande parte da classe média dos centros urbanos que se dirigiu ao PT, agora, passou a servir ao PSDB. Uma influente fração da burguesia industrial, financeira, agroindustrial e comercial já se lançou à campanha da oposição. A classe operária, os camponeses pobres e um contingente popular urbano ainda resistem a abandonar o PT/Lula. Guardam na memória as nefastas consequências das medidas antipopulares de Fernando Henrique Cardoso. Mas as diferenças tendem a se nivelar com os resultados da política econômica de Dilma e da intensa exploração capitalista do trabalho.

As manifestações de junho de 2013 não pouparam nenhum governo, nenhum partido da ordem.

O PT começou a se desesperar diante do deslocamento de uma parte de sua base de apoio. E com a revelação de sua impotência diante dos ataques de seus adversários burgueses, que lhe custou o processo do mensalão e a prisão de lideranças históricas. A oposição reacionária e venal agora pode bater no peito e espezinhar o PT.

Tudo indica que o fenômeno do lulismo e do petismo foi um acidente de percurso na política de dominação da burguesia. Pode-se dizer que teve fôlego consideravelmente longo. Continuará servindo à burguesia, mas não poderá recompor a prodigiosa colaboração de classes do governo de Lula. O Brasil ingressou em uma nova etapa da luta de classes. O que não é uma particularidade sua. Em outras latitudes ocorre o mesmo, certamente em ritmo e amplitude distintos.

Mundialmente, vivemos uma nova situação de choque entre os explorados e os exploradores, entre as nações oprimidas e as opressoras.

Certamente, as tendências de luta entre as massas se manifestarão no plano das eleições. Esse é o problema fundamental da presente situação. A oposição burguesa atua para dispersá-las e canalizá-las. O PT procura, por sua vez, utilizá-las com velhas promessas e para avivar a memória da população sofrida do que foi o governo do PSDB.

Está colocado para os governistas e oposicionistas a tarefa de reverter o pessimismo de um grande contingente da população que não quer nem ouvir o nome eleição. Precisam combater pela propaganda enganosa o descontentamento das massas

programa. Acabam ocultando ou negando a estratégia da revolução proletária e os métodos revolucionários. Neste exato momento, as posições do POR diante do genocídio do Estado sionista de Israel contra os palestinos se diferenciam e se chocam com todas as variantes das esquerdas. Lembramos os 25 anos de nossa construção para chamar a vanguarda a se colocar pelo programa da revolução e ditadura proletárias e pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. **Viva a construção do partido marxista-leninista-trotskista!**

do proletariado

com a avalanche de corrupção. A abstenção e voto nulo são ruínas tanto para os petistas quanto para os peessedebistas.

O esforço da esquerda petista em calçar a candidatura de Dilma com um fajuto plebiscito sobre a adoção de uma Constituinte exclusiva para se realizar a famosa “reforma política” indica não apenas o sonso oportunismo como também o desespero.

O que muda nestas eleições é a possibilidade da oposição burguesa conseguir fazer da classe média um instrumento para deslocar parte da classe operária e das camadas mais pobres proletarizadas para seus objetivos de poder. Por não estarem totalmente definidas, os petistas estão na encruzilhada: ir mais à direita acompanhando as pressões do capital financeiro, ou à esquerda procurando recuperar terreno perdido junto aos explorados. Tudo indica que irá mais à direita com Dilma chefiando a campanha em busca de a burguesia lhe dar mais uma chance. As pressões da crise econômica também empurram para a direita.

A ala esquerda minoritária do PT esperneia apreensiva diante dessa vocação da presidente. Os mais radicalmente desesperados querem que o PT vá aos explorados com promessas mais substantivas e com a bandeira de reforma política, de plebiscito e constituinte.

A política do proletariado conflui com as tendências de luta das massas. Organiza o combate pelas reivindicações que surgem em meio à crise econômica, trabalha por unificar os movimentos e fortalece o campo da independência de classe diante dos partidos da burguesia (entre eles, está o PT).

Uma das particularidades da situação está em que as lutas têm ocorrido isoladas umas das outras e a repressão tem recrudescido. As eleições devem servir de tribuna para a vanguarda revolucionária desenvolver a propaganda e agitação empunhando as reivindicações, combatendo a repressão, denunciando a política eleitoral da burguesia e divulgando a necessidade de construir o partido da revolução proletária.

Em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário (POR), votar nulo nas eleições de outubro

Não aos partidos dos exploradores, não às mentiras eleitorais dos candidatos pró-capitalistas!

Levantemos alto o programa de reivindicações da classe operária, dos camponeses, dos pobres e oprimidos! Nossa força está na luta coletiva, na ação direta, nas greves, nos bloqueios, nas ocupações, nas manifestações de rua! As eleições são instrumento político de dominação da burguesia sobre a maioria nacional oprimida!

Lutemos empunhando o objetivo histórico da revolução proletária e do socialismo!

Trabalhadores, trabalhadoras, jovens e todos os oprimidos pelo capitalismo, mais uma vez somos chamados a decidir qual dos partidos da burguesia deve governar.

Toda vez que elegemos um presidente, somos arrastados pela gigantesca campanha eleitoral a decidir quem será o próximo serviçal da classe capitalista e carrasco da classe operária, dos pobres e oprimidos.

Somente a existência de um partido genuinamente revolucionário, proletário, socialista poderia dar um combate nas eleições aos partidos burgueses e pró-burgueses empunhando o programa da revolução social. Assim, o voto dos explorados no seu partido de classe serviria para rejeitar os partidos da burguesia, romper os grilhões da democracia dos ricos, abrir caminho para a democracia dos pobres e impulsionar a luta das massas contra a dominação burguesa. Sem o partido revolucionário, os trabalhadores e a juventude comparecem às eleições como uma massa humana sem objetivo próprio, sem vontade própria e sem identidade própria de explorados em luta contra os exploradores.

Ainda não temos esse partido, mas o estamos construindo. O Partido Operário Revolucionário é sua semente, seu embrião.

Ainda não reunimos força para romper os obstáculos criados pela burguesia e pelo atraso no desenvolvimento político da classe operária que nos impedem de cumprir o objetivo de intervir nas eleições com o programa anticapitalista e anti-imperialista. Está aí por que mais uma vez o POR vem perante os explorados chamá-los a **VOTAR NULO contra os partidos da burguesia e pela construção do partido da revolução socialista!** O POR vem diante dos explorados para convocá-los a votar nulo contra as mentiras, as falsificações e as promessas demagógicas de uma Dilma Rousseff (PT), de um Aécio Neves (PSDB), de um Eduardo Campos (PSB), etc.

E os partidos de esquerda, como o PSTU e PSOL, não seriam uma alternativa? Nenhum deles defenderá nas eleições o programa da revolução proletária. Farão demagogia pela esquerda. Virão com seus “santinhos” reclamar que os governos não têm resolvido o problema da saúde, educação, etc. e pedir que votem em um governo de mudança, que seria um governo dos trabalhadores, etc.

É certo que não são partidos burgueses. São partidos pequeno-burgueses, que se proclamam socialistas. Foram incapazes de se unificar em uma frente de esquerda para a presidência da República. Mas o PSTU e PSOL se unem em alguns estados na tal da frente de esquerda. Fazem uma composição interesseira e oportunista. Cada um por seu lado está a procura de obter alguma vaga no Congresso Nacional ou nas Assembleias estaduais. O PSOL pretende manter seus parlamentares, que não servem para nada, a não ser para reclamar mais democracia e pequenas reformas no capitalismo decadente. O PSTU estará mais à esquerda, falará do socialismo em abstrato, não defenderá perante a população a destruição do capitalismo e da democracia dos exploradores por meio da revolução social. Nessa mesma linha, seguirão o PCB e PCO. Não são partidos revolucionários!

Uma pequena parcela da população poderá distribuir seu voto nos quatro partidos de esquerda, que foram incapazes de constituir uma frente eleitoral. Que socialistas são estes que não combatem a burguesia como uma só força unida pelo programa da revolução e ditadura proletárias e por uma plataforma de reivindicações dos explorados? Não são, portanto, instrumentos de combate à classe capitalista. Eis por que o POR não convoca os trabalhadores e a juventude a votar em um destes partidos de esquerda.

O voto nulo pela construção do Partido Operário Revolucionário é a única via correta e justa para os oprimidos expressarem vontade própria e disposição de se libertar do jugo da opressão capitalista. Aqueles que votarem nulo pela construção do partido e do programa de reivindicação dão um passo a favor da superação da crise de direção revolucionária.

O capitalismo está mergulhado em uma profunda crise e submete a humanidade à barbárie. Em toda parte, cresce o descontentamento das massas e aumentam as lutas coletivas, mas a classe operária não tem uma direção revolucionária, encontra-se submetida aos partidos da burguesia e à burocracia sindical. No Brasil se passa o mesmo.

O PT que empolga os operários, camponeses e as camadas pobres da classe média apodreceu na política burguesa. Seu braço sindical (a CUT e sindicato metalúrgico do ABC), sob a direção lulista/petista, se tornou um instrumento a serviço das multinacionais. O governo de Lula não fez um gesto contra os exploradores internacionais (as multinacionais) e nacionais. Os ricos se tornaram mais ricos. E os pobres? Foram iludidos com as quirelas do programa Bolsa Família. A grande promessa de recuperação do valor do salário mínimo não passou de alguns pontos percentuais. Uma família não sobrevive com os miseráveis R\$ 724,00. Os pobres e miseráveis, assim, continuam pobres e miseráveis. Os camponeses que viram

com esperança a reforma agrária a ser realizada pelo governo do PT se tornaram mais dependentes dos latifundiários e da agroindústria.

Que conclusão tirar? A experiência mostrou que nenhum governo burguês acabará com a pobreza, fome e miséria. Nenhum governo burguês se colocará do lado dos camponeses contra a oligarquia agrária e as multinacionais da agroindústria. O governo do PT é burguês. Foi eleito como sendo dos trabalhadores, mas governou para a burguesia. Não há nenhuma possibilidade de se ter um governo dos explorados por meio de eleições. *Somente a revolução proletária derrubará o poder da burguesia e constituirá um governo revolucionário, que será operário e camponês.*

As esquerdas mentem quando chamam a votar por um “governo dos trabalhadores” e pelo “socialismo”, sem defender perante a população o programa da revolução proletária e sem dizer que será impossível ter um governo dos explorados e expropriar burguesia sem que seja pela via revolucionária. Com o voto, constituem-se apenas governos burgueses e se mantém o capitalismo.

Aécio Neves é o principal candidato oposicionista (PSDB). Conta com o apoio de uma poderosa fração da classe capitalista. O fortalecimento da oposição se deve ao fracasso do PT de fazer reformas democráticas e populares no capitalismo, ao atoleiro da corrupção em que se meteu e ao descontentamento da grande burguesia com sua administração do Estado. O PT e seu governo vêm sendo acossados pela oposição que conta com banqueiros, industriais, latifundiários, juizes, funcionários do alto escalão e quase toda a imprensa. Os petistas ficaram de joelhos diante do julgamento do “mensalão” e da prisão de importantes dirigentes do partido. Foram incapazes de combater o tribunal de exceção montado pelo Ministério Público e Supremo Tribunal Federal. De exceção porque livrou o PSDB de responder pelo “mensalão mineiro”, porque nunca julgou coletivamente e com tamanha monta os corruptos do PSDB, PMDB, etc.

O que os explorados devem esperar caso Dilma Rousseff seja reeleita ou perca para Aécio Neves? Apenas haverá continuidade ou troca de um governo burguês por outro.

A crise inevitavelmente levará Dilma Rousseff a adaptar a política econômica às novas exigências do grande capital que hoje apoia Aécio Neves ou está mais propenso a apoiá-lo. E que novas exigências são essas? A de acabar com os miseráveis aumentos do salário mínimo, de limitar os gastos com o assistencialismo social, de retomar as reformas antipopulares, de economizar para pagar a gigantesca dívida pública e de abrir ainda mais as comportas da economia para as transações das multinacionais e do capital financeiro.

Não há possibilidade de um governo burguês que faça reformas em favor dos camponeses, dos sem-teto, dos desempregados, dos pobres e famintos. O capitalismo decadente, a burguesia nacional e o imperialismo não permitem a constituição de um governo que resguarde os interesses nacionais e assumam a responsabilidade de resolver as grandes tarefas, como a reforma agrária, erradicação da miséria e a elevação cultural

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

das massas.

O PT chegou ao poder prometendo cumprir esse programa. Mentiu para os explorados. Estava comprometido com a manutenção do capitalismo, com a continuidade da exploração do trabalho e com o ordenamento internacional ditado pelo domínio imperialista sobre as nações oprimidas.

Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos têm em comum a defesa do capitalismo e da ordem mundial regida pelas potências. O fato de Dilma prometer manter o assistencialismo não muda o essencial de sua candidatura pró-capitalista e servil ao imperialismo. A experiência com o reformismo do PT está esgotada. Os fatos demonstram que se tratavam, e se trata, de impostores. O PT sequer chegou a ser um autêntico partido reformista.

A classe operária e todos oprimidos estão diante da necessidade histórica de construir o seu partido, emanciparem-se da política burguesa e tornarem-se a força transformadora das relações sociais, da economia e da política. O POR diz claramente aos trabalhadores, à juventude e à sua vanguarda de luta que não há como reformar o capitalismo, não há como fazer da democracia burguesa um meio de transformação e não há como tornar o voto em um instrumento de constituição de um governo revolucionário.

A classe operária deve se desenvolver política e organizati-

vamente por meio de seu partido. Somente assim se potencializará diante do poder da burguesia, se fortalecerá com a luta por suas reivindicações, combaterá conscientemente a exploração capitalista do trabalho e se capacitará a dirigir a maioria oprimida para tomar o poder do Estado. Ao contrário, enquanto estiver sob o domínio dos partidos da burguesia e sob os efeitos das ilusões na democracia burguesa, continuará servindo aos seus escravizadores. Nossa disciplinada luta se concentra no objetivo de tornar o POR um instrumento de poder dos explorados.

Chamamos a atenção da militância que se coloca no campo socialista e da vanguarda operária combativa a rechaçar a política burguesa: denunciar junto aos explorados a democracia dos capitalistas como uma forma de a burguesia exercer sua ditadura de classe sobre a maioria trabalhadora. Chamamos os trabalhadores e a juventude a empunharem a bandeira de construção do Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

Pelo voto nulo em defesa do programa da revolução proletária!

Pelo voto nulo em defesa da construção do partido operário revolucionário!

Pelo voto nulo em defesa das reivindicações contra a exploração, o desemprego, a miséria e a fome!

Por que boicotar o Plebiscito pela Constituinte

O POR não participará da campanha pelo plebiscito montada pelo PT. Chama a população a desconhecer a manobra eleitoreira dos petistas. O boicote é a única resposta correta.

Principalmente a esquerda do PT está empenhada a montar um circo de rua por uma “reforma política”. Segundo os petistas, as eleições são uma oportunidade para se propagar a bandeira de uma Constituinte exclusiva. Dizem que a reforma política permitirá dar ao Congresso Nacional reais poderes de soberania popular. O processo eleitoral poderia se livrar da influência do poder econômico. Os parlamentares eleitos, assim, representariam de fato a vontade da maioria. E o presidente da República não ficaria preso a um Congresso dominado pela oligarquia.

O que quer dizer que o PT poderia fazer o que não fez durante dois mandatos de Lula e um de Dilma. Só faltou dizer que o mensalão do PSDB e do PT não aconteceria.

A Constituinte exclusiva limparia as instituições democráticas dos vícios oligárquicos, da corrupção política, dos mesquinhos interesses de grupos econômicos, etc. Isso por um lado. Por outro, daria poder à população para apoiar um governo realmente democrático e dos trabalhadores. No caso, o governo seria a senhora Dilma e o partido, o PT.

Os mais ousados dizem que com a eleição de Dilma e com uma Constituinte Soberana e Exclusiva se poderá avançar na democracia: ajustar o princípio de “um eleitor, um voto”, “fim do Senado”, “fim do financiamento empresarial de campanha” e “voto em lista para fortalecer os partidos”.

A esquerda petista, que ainda se diz leninista, trotskista, argumenta que, em não havendo condições para a revolução, se deve lutar pelo aperfeiçoamento da democracia. Os impostores passam por cima do fato de que seu partido – o PT – e seu governo serviram à oligarquia e ao grande capital nestes três

mandatos. Passa por cima do fato de terem sido arregimentados pelos grandes financiadores de campanha. Terem estatizado os sindicatos. E terem constituído uma burocracia venal e autoritária que liquidou o que restava de democracia sindical, conquistada a duras penas contra a estrutura montada pela ditadura militar.

A esquerda democratizante omite que Lula criou a Força Nacional de Segurança Pública e que esta tem sido usada pelos governos petistas para reprimir as greves e as manifestações de rua.

Os pretensos esquerdistas hipócritas condenam o boicote do POR dizendo que negamos a luta democrática prescrita por Lênin e Trotsky. Na realidade não estão travando a luta no campo democrático contra a ditadura de classe da burguesia. Estão usando o plebiscito por uma Constituinte para reeleger Dilma. Praticam a política safada de criticar amenamente e a boca pequena o seu governo como forma de apoiá-lo.

Mas não há política que apague o fato de que Dilma dedicou particular atenção às multinacionais. Modificou para pior a política agrária dos assentamentos. Segurou o processo de demarcação de terra indígena. Foi incapaz de enfrentar a exigência do agronegócio de mudança no Código Florestal. Manteve a decisão de Lula de colocar o exército brasileiro no Haiti a serviço do imperialismo. Apoiou a diretriz do governo do Rio de implantar as Unidades de Polícia Pacificação (UPP). E agora diz que não há genocídio de Israel contra os palestinos e mandou de volta o embaixador brasileiro para Tel-Aviv.

Quantos exemplos mais a esquerda do PT precisa para descobrir que a democracia que aspira com a eleição de Dilma é a que de fato está sendo praticada contra a classe operária, os camponeses e a juventude pobre. O plebiscito montado para

obter votos não tem nada a ver com a luta democrática.

Está, evidentemente, colocada a luta pelos direitos democráticos dos explorados. Sob o governo do PT, a burguesia fez uma grande ofensiva contra o direito de greve e de manifestação. No primeiro sinal de paralisação, um juiz qualquer decreta sua ilegalidade, impõe restrições e ataca o sindicato com gigantescas multas. Diante das manifestações de rua, os governos têm recrudescido a legislação repressiva e aperfeiçoado o aparato policial. Os processos contra estudantes que ocuparam a universidade, as condenações e as prisões de ativistas vêm se avolumando de acordo com o agravamento da luta de classes.

Os tais dos socialistas do PT passam ao largo da luta democrática do proletariado. A burocracia sindical do PT, com

sua CUT, fecha os olhos para a lei anti-greve. Não mexe um dedo contra os processos e as prisões. E por quê? Porque teria de enfrentar a ditadura de classe da burguesia e, na situação, o seu próprio governo.

O combate pelos direitos democráticos dos explorados eleva a capacidade de luta das massas e sua consciência revolucionária. Esse combate, sim, está de acordo com a orientação leninista.

O POR denuncia a farsa do plebiscito e defende o boicote. **Nada de plebiscito para eleger os petistas! Nada de reforma política! Nada de fraudes democráticas! Organizar a luta dos explorados pelas reivindicações econômicas e pelos direitos democráticos dos explorados! Defender a estratégia da revolução e ditadura proletárias!**

Rondônia

As Eleições são uma farsa montada pelos parasitas do capital para manter o sistema de exploração da minoria sobre a maioria

É sempre assim. De dois em dois anos, os tribunais eleitorais cadastram candidatos para o executivo e legislativo municipal, estadual e federal. Nos últimos anos, esse chamado é seguido de intensa campanha do tribunal contra a abstenção e o voto nulo, que vem crescendo. As massas estão cansadas das mentiras e da corrupção praticadas pelos politiquieiros.

A corrupção está por todos os lados. Em Rondônia, os politiquieiros ladrões estão de volta nessas eleições. Os candidatos que foram presos e acusados de corrupção estão agora inocentados pelos tribunais e prontos para as eleições. Na verdade, quando um ou outro capitalista e seus assessores são julgados e condenados, isso acontece em favor deles próprios como um reflexo das disputas interburguesas e para mostrar que a justiça é igual para todos.

Alguns exemplos de corruptos que o tribunal referendou a candidatura

O ex-prefeito de Porto Velho, o petista Roberto Sobrinho, que não concluiu o mandato em 2012 devido às acusações de corrupção, agora é candidato a deputado. Sobrinho entrou na prefeitura em 2004 e administrou o município sem se opor às diretrizes gerais do estado e, junto o governador Cassol, fortaleceu as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula. Entre elas, as usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, que provocaram um imenso desastre ambiental e um grande crime de classe, deixando milhares de pessoas na miséria, destruindo bairros e distritos que viraram ruínas no estado de Rondônia e estados vizinhos. Roberto Sobrinho se reelegeu, mas as denúncias de corrupção o obrigaram a renunciar ao mandato.

No comando da prefeitura, agiu contra a vida dos servidores municipais, reprimiu os camelôs, impediu a ocupação de terrenos por parte dos sem-teto, aumentou as tarifas dos transportes públicos, que é uma das mais caras do país e

manteve um precário assistencialismo aos camponeses assentados. O apoio popular que teve nas eleições para o primeiro e segundo mandatos se deveu às promessas demagógicas e à continuidade do assistencialismo promovido pelo governo Lula e Dilma.

No caso de Cassol, pesa sobre a família denúncias dos crimes cometidos contra as famílias camponesas na chamada Zona da Mata. A oligarquia Cassol entra na disputa eleitoral com a presença da irmã do ex-governador Ivo Cassol, Jaqueline Cassol (PR), e para o Senado, sua mulher Ivone Cassol. Como se vê, Sobrinho e Cassol são farinha do mesmo saco.

E a Frente de Esquerda? PSOL e PSTU lançaram a candidatura de Pimenta de Rondônia. Quem é esse homem? Pimenta de Rondônia/PSOL é herdeiro de terras que foram ocupadas pelos camponeses. Em audiência, se fez defensor dos camponeses, mas estava pela reintegração de posse. Na realidade, se trata de uma frente eleitoreira que não serve de instrumento de luta contra a burguesia, os latifundiários e seus lacaios. PSTU e PSOL sabem perfeitamente que o executivo e o parlamento não podem ser colocados em favor dos explorados e que são instrumentos de preservação da propriedade privada dos meios de produção.

O POR em construção não tem como lançar suas candidaturas, de forma a defender o programa revolucionário e as reivindicações das massas. Não pode apoiar a frente de esquerda porque esta é eleitoreira e oportunista. Intervém nas eleições chamando o voto nulo contra os partidos da burguesia e pela construção do partido marxista-leninista-trotskista. Chama os trabalhadores, a juventude e sua vanguarda combativa a apoiarem a construção do POR. Essa é a condição para que a classe operária, os camponeses pobres e a juventude possam se manifestar nas eleições em defesa da revolução proletária, do governo operário e camponês e denunciar a podridão das instituições burguesas.

Ocupar as fábricas que demitem ou suspendem operários

Os operários estão com a corda no pescoço. As montadoras decidiram reduzir a produção para ajustar ao mercado. Há seis meses, vêm intensificando o Programa de Demissão Voluntária (PDV), impondo férias coletivas, suspendendo parte dos trabalhadores por até 5 meses (layoff) e demitindo. Ao mesmo tempo, recorrem ao governo para ampliar os subsídios e outras benesses. Justificam que a venda de carros, ônibus e caminhões está caindo. O fato é que há uma política centralizada das multinacionais, diante da crise econômica, de proteger seus negócios mediante a quebra de parte das forças produtivas (aumento da ociosidade nas fábricas e demissão). Portanto, as consequências da crise são despejadas sobre a classe operária.

A Volkswagen de São Bernardo e São José dos Pinhais/Paraná está com 750 e 400 operários respectivamente em layoff. A Ford em Taubaté suspendeu 108 trabalhadores. A PSA Peugeot Citroën do Rio de Janeiro, 650. A MAN, que fabrica caminhões da marca Volks, 100. E os que estavam em lay-off (200) do complexo de Resende/RJ, que deveriam retornar ao trabalho após a suspensão, foram obrigados a aceitar o PDV. A Mercedes-Benz colocou em layoff 158 operários da fábrica de Juiz de Fora. Em São Bernardo do Campo, 1200 estão em layoff. E pretende fechar 2 mil postos de trabalho, forçando as demissões pelo PDV. A Mercedes informa que 1.100 trabalhadores já foram demitidos pelo PDV. A Iveco/MG, que produz caminhões, impôs férias coletivas para 1.500 operários até a última semana de agosto. A General Motors de São José dos Campos anunciou layoff para 1000. Esse é apenas um retrato parcial das medidas impostas pelas montadoras.

Chama a atenção a passividade com que os metalúrgicos têm recebido a destruição de postos de trabalho. A pergunta é por que não está havendo resistência? O descontentamento nas fábricas está sendo carreado pela política traidora da burocracia sindical, que semeia a ilusão de que o governo pode ajudar

as montadoras a garantir os empregos por meio do “Inovar-Auto, rastreabilidade, créditos mais fáceis para a compra de veículos e manutenção dos subsídios às multinacionais”. Os burocratas sindicais passam a ideia para os operários de que estão negociando o não fechamento de postos de trabalho e que as negociações têm sido longas. Nas assembleias na porta da Mercedes-Benz dizem que a única saída para a situação é a de convencer o governo e as montadoras a fazer um pacto. Nenhum operário pode tomar a palavra e se contrapor. E não o faria diante dos olhos do patrão. O sindicato não convoca assembleia geral para responder coletivamente a onda de demissão e layoffs.

A política da burocracia sindical leva o proletariado à passividade quando o divide entre os que estão na lista do PDV e os que não estão; os que estão trabalhando e os que estão em layoff. A política da burocracia rompe a unidade dos trabalhadores e inclusive atinge profundamente os laços mais elementares de solidariedade de classe.

Mas essa política tem um limite. E o limite é determinado pelo avanço da crise econômica e pela necessidade dos capitalistas demitirem em massa. A tendência é de explosão de greves instintivas, que se chocam com a burocracia.

Ao contrário, a política do proletariado começa por se contrapor a qualquer demissão e a defender os postos de trabalho com luta. As reivindicações que correspondem à situação são: 1) estabilidade no emprego; 2) redução da jornada de trabalho sem reduzir o salário; 3) escala móvel das horas de trabalho. É preciso desde o chão das fábricas exigir que os sindicatos convoquem a assembleia geral e que as assembleias de fábrica sejam realizadas sob a direção dos próprios operários. Os PDVs, layoff e outras medidas de flexibilização do trabalho deverão ser rejeitadas. Diante das demissões, ocupar as fábricas e convocar a greve de todos os operários.

Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão

Do boicote das correntes a uma frente reconhecida no movimento

O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão passou por longo período de isolamento, em que somente o POR e a Esquerda Marxista compareciam nas reuniões. A LER-QI e o MNN que já o compuseram, passaram a boicotá-lo quando a linha política do Comitê passou a ser a defesa coletiva, política e jurídica, de todos os presos e processados políticos, sendo o jurídico submetido ao movimento. A ANEL/PSTU aprovou a incorporação, mas não passou de um ato formal, pois nunca compareceram a uma reunião.

O MNN e a LER-QI limitam-se a defender os processados no âmbito legal. À sua militância reservam advogados particulares, se recusam a se submeter à decisão coletiva e defendem que os demais façam o mesmo, bastando acatar as orientações dos advogados. Recentemente, um dos advogados dos processados da USP (Aton Fon), recomendou que os estudantes

aceitassem a proposta da justiça de suspensão condicionada, do contrário, encareceria em muito os seus honorários. Os estudantes se negaram a assinar o acordo, pois entenderam que se tratava de uma confissão de culpa e uma condenação do movimento, e então, o advogado passou a cobrar de cada estudante a bagatela de R\$3.500,00. O MNN e a LER-QI se calaram diante do fato, e vêm boicotando as reuniões do Fórum dos Processados da USP que tenta se reorganizar.

O isolamento perdurou até o aprofundamento da repressão. Hoje o Comitê é reconhecido pelo movimento, ao ponto de compormos mesas de debates, como o organizado pelo Sintusp em defesa do Fábio Hideki, preso num ato contra a copa, ou o ato político na Câmara Municipal, organizado por uma frente sindical e popular que tinha como tema a defesa das Liberdades Democráticas (ver Massas 481). Fomos convidados

a participar de um debate organizado pelo CA da Filosofia da USP, o mesmo que na recepção aos calouros desse ano rejeitou, sob pressão do MNN, a participação do Comitê na mesa sobre repressão. Fomos convidados a falar no carro de som no ato em defesa do povo palestino e também a participar do Tribunal Popular para julgar os crimes de Israel.

Se inicialmente a linha política do Comitê se concentrava na defesa coletiva, política e jurídica dos processados, devido às origens do Comitê, conformado a partir dos Fóruns de Processados da USP, Unifesp, presos e processados da Unesp e da fábrica ocupada Flaskô, hoje o Comitê mantém essa linha e avança para a necessidade da unidade organizada para combater a repressão do Estado policial que recrudesce sobre os movimentos sociais. As inúmeras prisões, processos, cerco

policial às manifestações de rua, as novas leis antimovimento, o fortalecimento milionário do aparato repressor justificam a necessidade urgente de unidade entre os movimentos, de maneira a superar a atual dispersão que nos coloca numa situação de vulnerabilidade diante da investida centralizada da burguesia. Esse é o conteúdo das intervenções que o Comitê tem defendido em seus materiais de campanha e nas atividades públicas.

É com esse caráter que o Comitê se organiza para realizar no dia 12 de outubro uma Conferência Nacional de Luta Contra a Repressão, de maneira a se constituir uma única Frente de Luta Contra a Repressão. O Comitê convoca a todos os movimentos sindicais, populares e estudantis, a construir essa conferência.

Abaixo publicamos o manifesto do Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão-SP de convocação da Conferência Nacional de Luta Contra a Repressão. O POR compõe essa frente e se soma à construção da Conferência por entender a necessidade dos movimentos se organizarem para combater o Estado que reprime a todos que se levantam contra o recrudesimento da exploração de classe. Já se manifestam, e tendem a intensificar, os duros ataques à vida das massas, desemprego massivo, arrocho salarial, corte de direitos, cortes ainda maiores nos serviços públicos, o que impõe a necessidade de uma violência maior para que essas medidas sejam implementadas. A Condição para despejar a crise capitalista nas costas dos oprimidos é tirá-los das ruas, a isso tem servido a repressão do Estado policial.

Por uma conferência nacional de luta contra a repressão

Companheiros,

O comitê Estadual de Luta Contra a Repressão convoca a todos os sindicatos, centrais sindicais, as entidades nacionais estudantis, os movimentos populares por terra, por moradia, as diferentes frentes que vêm se constituindo, convoca a todos os movimentos a construir uma Conferência Nacional de Luta Contra a Repressão, a fim de conformar uma FRENTE ÚNICA DE LUTA CONTRA A REPRESSÃO. Propomos a data da Conferência para o dia 12 de outubro.

A unidade se faz necessária diante do avanço do Estado policial aos movimentos por meio de novas leis repressivas, como a antiterrorista, sob orientação direta dos Estados Unidos, a lei antimáscara, lei da copa, antigreve, que retira o direito dos trabalhadores e confisca os recursos do sindicato através das multas milionárias. O aparato repressivo também é fortalecido com novos destacamentos repressivos, com criação de organismos especializados em monitorar manifestações. Como o mais recente criado pelo exército. A própria Força Nacional é uma demonstração do avanço das medidas de contenção das massas.

As demissões de grevistas, a perseguição política, o corte de ponto somado ao assassinato no campo, ao extermínio da juventude pobre da periferia, às prisões com provas forjadas, as prisões preventivas de manifestantes e a condenação de membros do movimento, entram no bojo do poder de violência do Estado a mando da burguesia.

São as bandeiras dos movimentos que são atacadas. A burguesia não permite que lutemos pela nossa casa, por um peda-

ço de terra, não permite que lutemos pelo nosso emprego e salário. A burguesia reserva à classe operária e demais oprimidos a miséria e a fome, que necessariamente levará ao choque entre os oprimidos e os opressores. A repressão serve para empurrar as massas à condição de maior exploração.

Combater a repressão de maneira unitária é uma questão de sobrevivência do próprio movimento, das reivindicações, dos métodos e de seus membros, sendo muitos mantidos encarcerados por um crime que não cometeram. Estiveram nos atos e nas passeatas em defesa do princípio da ação coletiva nas ruas, nosso maior legado das manifestações multitudinárias de junho de 2013.

O objetivo da Conferência Nacional de Luta Contra a Repressão é Conformar essa unidade para a autodefesa do movimento, jurídica e política, respaldada nas bases. É defender nosso direito democrático a livre manifestação e organização, atacado em todo o território brasileiro o que nos obriga a dar uma resposta nacional. A verdadeira resistência e combate à repressão do Estado policial se dará com todas as forças do movimento reunidas.

POR UMA CONFERÊNCIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A REPRESSÃO!

POR UMA FRENTE ÚNICA DE LUTA CONTRA A REPRESSÃO!

ABAIXO A REPRESSÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS!

VIVA AO NOSSO DIREITO DE LUTAR PELAS NOSSAS REIVINDICAÇÕES!

Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão

Abaixo seguem os dois materiais de campanha do Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão em defesa do pagamento da condenação dos estudantes da Unifesp de Guarulhos, presos em 2012. O Comitê entende que se trata de um ataque ao conjunto do movimento, criminalizando uma ação coletiva que tinha como princípio a defesa da universidade pública. Cabe ao movimento, em seu conjunto, pagar a condenação e impedir que os estudantes sejam encarcerados. A primeira nota é uma campanha junto aos sindicatos e a segunda, junto às escolas e universidades e movimentos populares.

Campanha pelo pagamento da condenação do movimento da Unifesp de Guarulhos

A justiça acaba de condenar 27 estudantes da Unifesp de Guarulhos por desobedecerem a ordem judicial de reintegração de posse. A condenação é de 15 dias de detenção ou o pagamento de R\$ 724,00 por pessoa, totalizando R\$ 19.548,00.

O caso se deu em 06 de junho de 2012 quando os estudantes em greve ocupavam a diretoria acadêmica pelo atendimento de suas reivindicações, sendo uma delas a construção de um prédio definitivo da universidade (a Unifesp de Guarulhos não possui estrutura física para as aulas).

Entendemos que essa condenação é direcionada ao conjun-

to do movimento. Não cabe o pagamento individual, mas sim uma ação coletiva para levantar os fundos necessários e impedir que nossos camaradas sejam detidos.

Assim, o Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão está em campanha financeira e pede a contribuição de R\$ 200,00 às entidades estudantis, sindicatos e centrais sindicais. Trata-se de uma atitude de comprometimento dos organismos de massas com a luta contra a repressão e em defesa de nosso direito democrático a livre manifestação.

Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão

R\$ 1,00 pelo direito de lutar

Há 27 estudantes da Unifesp de Guarulhos que serão encarcerados se não pagarem, cada um, o valor da pena de R\$724,00. Ao todo são R\$19.548,00.

A justiça condena por desobediência à ordem judicial de reintegração de posse da diretoria acadêmica, ocupada pelo movimento estudantil em greve em 2012. Reivindicavam um prédio definitivo da universidade, pois o campus da Unifesp de Guarulhos não possui nem mesmo uma estrutura física para as aulas.

A justiça tenta criminalizar uma ação coletiva que lutava em defesa da educação pública. Faz o mesmo com outros movimentos, como dos metroviários, com 42 demitidos ou do IBGE há mais de dois meses em greve e com mais de 200 demitidos.

Não é crime lutar pelo direito de estudar. Encarcerar 27 estudantes é uma injustiça que nenhum de nós pode permitir. É por isso que o Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão está em campanha com o **R\$1,00 PELO DIREITO DE LUTAR**.

Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão

Fábio Hideki e Rafael Marques livres da cadeia

Nessa quinta, dia 07 de agosto, Fábio Hideki e Rafael Marques foram soltos após 45 dias de encarceramento. Fábio e Rafael foram presos políticos, provas foram implantadas e acusações falsas foram feitas. A soltura dos dois é uma conquista do movimento, que não se calou diante dessa brutalidade e saiu às ruas empunhando a bandeira de liberdade imediata aos presos políticos.

O Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão saúda a todos os sindicatos, entidades estudantis, correntes políticas, a todos os militantes organizados e ativistas que assinaram a moção do Comitê em defesa da liberdade imediata de Fábio Hideki e Rafael Marques.

Em particular, o Comitê saúda o Sindicato dos Trabalhadores da USP – SINTUSP, pela profunda campanha realizada. Em todo boletim, em cada ato de rua, trancaço dos portões da universidade, Fábio, que é funcionário e estudante da USP, foi defendido. Um ato público na faculdade de direito do Largo São Francisco foi realizado defendendo a liberdade imediata.

A libertação de Fábio e Rafael não significa o fim da luta contra a repressão, mas apenas traz a certeza de que o método adotado pelo movimento está correto e que devemos continuar, por que a repressão não cessará.

Viva a liberdade de Fábio Hideki e Rafael Marques!

Continuemos em Luta!

Moção em defesa da liberdade imediata de Fábio Hideki Harano e Rafael Marques Lusvardi

Ao governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin

Fábio Hideki Harano e Rafael Marques Lusvardi foram presos no dia 23 de junho no ato contra a copa. As acusações imputadas são por associação criminosa, porte de explosivos, incitação à violência, resistência à prisão e desacato à autoridade. A justiça negou o Habeas corpus e decretou prisão preventiva e os dois seguem detidos, sendo que Hideki está na cadeia de Tremembé, interior de São Paulo.

Fábio foi preso dentro do metrô quando o ato já havia acabado. Sua mochila foi revistada e as câmeras do metrô mostram que não possuía nenhum artefato explosivo. Nunca teve envolvimento com os black blocs, como diz a polícia e a mídia. É réu primário, é funcionário e estudante da USP e ativista político. Rafael é professor de inglês e ex-policia militar.

Sr. Governador Geraldo Alckmin, a ação disciplinar da polícia ao prender Fábio e Rafael, enquadrados como criminosos, descaracteriza o movimento que luta por reivindicações (educação, saúde e moradia) e fere um direito democrático à livre manifestação, que deve ser assegurado a todos. Fábio e Rafael são presos políticos, não são criminosos.

Vimos por meio dessa moção reivindicar que o Sr. governador liberte imediatamente Fábio e Rafael e que não recaia sobre os mesmos nenhum processo criminal. Reivindicamos ainda que aceite a legitimidade das manifestações.

Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão

Mães de Maio defendem tribunal popular para julgar os crimes da burguesia

Entre os dias 12 e 21 de maio de 2006, com a alegação insustentável de que reagiam aos “ataques do PCC”, a Polícia Militar paulista, com apoio de grupos paramilitares de extermínio, com a anuência da Secretaria Estadual de Segurança Pública, desfechou um massacre nas periferias de São Paulo contra seus moradores. Estima-se que foram friamente assassinados 563 pessoas. Seus crimes: serem pobres e em sua maioria negros. As execuções sumárias, como era de se esperar, foram arquivadas e os assassinos continuam matando a juventude pobre, que se amontoa nas favelas de São Paulo e vivem sob a lei do terror policial.

Os familiares das vítimas desse massacre criaram a organização “Mães de Maio”. Seu objetivo era o de exigir justiça e punição aos assassinos. Exigiram do governo a federalização das investigações sobre os crimes de maio de 2006 e o fim dos registros de “resistência seguida de morte”, dispositivo este criado pela ditadura com objetivo de ocultar os assassinatos políticos - usado até hoje para encobrir as chacinas praticadas pelas polícias.

O governo federal, em sua hipocrisia, através do Ministério dos Direitos Humanos, instaurou uma comissão para investigar os crimes de maio. Mas o resultado não deu em nada. Esse ministério somente tem papel decorativo, servindo de máscara democrática para o Estado policial.

Percebendo na prática a impossibilidade da burguesia resolver os crimes de que os explorados são vítimas, pois têm suas mãos também sujas de sangue, as Mães de Maio estão avançando politicamente na luta de classes. Passaram a defender agora a necessidade de criação dos tribunais populares, inclusive para julgar os juízes, que encarceram os pobres e encobrem os crimes dos capitalistas.

O problema está em travar a luta pela constituição de um tribunal popular que de fato resulte da luta da classe operária e demais explo-

rados. É preciso rejeitar o circo jurídico montado como se fosse um tribunal popular.

A barbárie social que vivemos é expressão da decadência e esgotamento do capitalismo. A polícia, os tribunais e o governo são de classe. Somente a luta e organização independente dos explorados podem se contrapor à violência do Estado burguês. Por isso, saudamos as Mães de Maio em seu avanço na luta classista.

Abaixo, reproduzimos parte de sua mais recente declaração sobre o tema:

“Há tempos já conhecemos a atividade ilegal de juízes como MARCELO MATIAS PEREIRA, que, com a caneta na mão, aprisiona centenas de jovens pobres e negros todos os dias, com argumentos dos mais canalhas. O que dizer, por exemplo, do Juiz MARCO AURÉLIO GONÇALVES, que condenou um jovem negro apesar de todas as evidências de que o flagrante foi forjado pela PM e que apenas o soltou após matéria-denúncia dos jornalistas Paes Manso e Caramante? MARCELO MATIAS PEREIRA, MARCO AURÉLIO GONÇALVES e milhares de outros comparsas seus formam o que hoje chamamos de “Sistema de Justiça”... E é para quem essa Justiça aí? Pra nós, da quebrada, é que não é!

PASSA DA HORA DE SUBMETERMOS TOGADOS E FARDADOS A UM TRIBUNAL POPULAR!

PASSA DA HORA DE PARARMOS DE REPRODUZIR A VIO-LÊNCIA DESSE SISTEMA PENAL DA BURGUESIA!

PASSA DA HORA DE PERDERMOS A PACIÊNCIA CONTRA A BURGUESIA E SEUS JUÍZES, PROMOTORES E POLICIAIS QUE NOS MASSACRAM!”

O POR apoia integralmente esse protesto das “mães de maio”. Dizemos que para ser consequente é preciso levantar as reivindicações da classe operária e em seu movimento organizar o tribunal popular, que investiga, julga e pune os crimes da burguesia.

Apeoesp/SP

Genocídio do povo palestino, plebiscito popular e reestruturação do Plano de carreira foram o centro do debate nas reuniões da Apeoesp

No dia 7 de agosto, ocorreram reuniões nas regionais do sindicato dos professores de São Paulo (Apeoesp). O objetivo era discutir a preparação da assembleia, que deverá rejeitar a proposta do governo de retirada de direitos pela via da “reestruturação do Plano de Carreira”. Na Lapa, o debate iniciou com a situação política. Dois temas ganharam importância: o massacre do povo palestino e plebiscito popular de setembro. Sobre a minuta do governo, havia unanimidade de que se trata do aumento da exploração do trabalho e ampliação de medidas para dificultarem ainda mais as aposentadorias. Ao longo do debate, as diferenças vieram à tona.

Sobre a Palestina

A Corrente Articulação/PT condenou o massacre do povo Palestino e se limitou a defender a posição do governo Dilma de condenação diplomática de Israel e que a ONU tome medidas imediatas para conter o massacre. Portanto, procurou reproduzir os pronunciamentos da CUT e do PT de apoio à atitude do governo Dilma. É bom lembrar que

Dilma corrigiu o seu assessor que qualificou a ação militar de Israel de genocídio.

O PSTU e PSOL denunciaram os ataques de Israel a Gaza e defenderam uma Palestina livre, democrática e laica. E centraram a defesa na exigência de que o governo Dilma rompa as relações com o Estado de Israel e anule todos os acordos comerciais e bélicos.

A Corrente Proletária/POR levantou as bandeiras de armamento da população palestina, destruição do Estado de Israel e edificação de uma Palestina socialista. Ressaltou, também, que a solidariedade a um povo oprimido se faz ganhando as ruas e ampliando a luta anti-imperialista no Brasil.

O armamento do povo palestino, defendido pelo POR, foi votado. Parte do PT votou contra e parte se absteve. Parte do PSOL se absteve e parte votou a favor. O PSTU surpreendentemente votou a favor. É na hora da votação que as correntes que se reivindicam da luta do povo palestino se veem obrigadas a se colocar contra a bandeira de entrega das armas ao povo oprimido. A abstenção, de fato, é um voto

envergonhado contra o armamento.

Sobre o Plebiscito Popular

O plebiscito popular foi defendido pelo PSOL, O Trabalho, PCdoB e PT. Coube ao PSOL e O Trabalho a tarefa de convencer sobre a importância de se realizar o plebiscito para a convocação de uma Constituinte exclusiva, que se encarregaria de fazer uma reforma política. O intuito era utilizar as regionais da Apeoesp para instalar as urnas de coleta de votos. A Articulação/PT bateu no ponto de que o plebiscito já foi aprovado e que independentemente da posição da Lapa irá coletar os votos. O PSOL e O Trabalho argumentaram que se trata de uma luta democrática. A embriaguez política de O Trabalho fez com que concluísse que o não atendimento das reivindicações da população ocorre porque as “regras de funcionamento do poder político não permitem mudanças profundas”, daí a necessidade de reformar o sistema político coletando 10 milhões de assinaturas no plebiscito rumo a uma assembleia constituinte. Veja a que ponto chega um agrupamento revisionista do trotskismo. Na verdade, trata-se apenas de uma máscara para a campanha eleitoral de Dilma.

A rejeição ao plebiscito foi defendida pelo POR e PSTU. O POR se colocou pelo boicote. Mostrou que se trata do eleitoralismo pequeno-burguês. E que a reforma política é uma máscara para acobertar a corrupção do Estado burguês.

A votação foi favorável à rejeição do plebiscito.

Sobre a Campanha Salarial

Apesar da unanimidade em torno da rejeição à minuta do governo, havia diferenças não só em relação ao método para combatê-la. A Articulação e seus aliados criticaram a conduta do governo de apressar a aprovação da minuta e a retirada provisória, chamou a assembleia para aprovar um plano de luta. Divulgou material sobre sua proposta de “memorial do professor”, para se contrapor à proposta do governo de evolução na carreira. Portanto, tem na manga uma contraproposta de emenda às mudanças contidas na minuta. O PSTU e o PSOL combateram a minuta, mas não foram taxativos em defender a greve. A Corrente Proletária apresentou a seguinte resolução para ser votada: Aprovar a greve a partir das reivindicações, dos métodos da ação direta e da democracia sindical. Com as abstenções da Articulação e seus seguidores, a proposta foi aprovada.

Publicamos abaixo o boletim que expressa as posições defendidas pelo POR nas regionais.

Aprovar a greve a partir das reivindicações, dos métodos da ação direta e da democracia sindical

Há meses vimos denunciando a situação de precarização nas escolas e os ataques do governo Alckmin à rede estadual. As salas superlotadas, o fechamento do noturno, o arrocho salarial, a situação de total precarização dos categoria O, o caos nas escolas com o ingresso dos novos concursados e as jornadas estafantes.

Nem bem entramos no recesso escolar, o governo apresentou na Comissão Paritária uma minuta de alteração do estatuto do magistério estadual, retirando direitos e ampliando o trabalho nas escolas. Com a crítica da APEOESP e a disputa eleitoral se avizinando, o governo retirou temporariamente o documento com as propostas de ataque ao magistério paulista. Nada, no entanto, demonstra que a minuta (aumento de tempo de permanência na escola, maior tempo de trabalho para a aposentadoria – com o desconto de todas as licenças ao longo da carreira, maior controle das atividades docentes por meio

do Plano de Carreira, etc.) não seja recolocada.

Mais um ano, o governo não aplicou a jornada do piso (1/3 fora da sala de aula) e ainda criou e tem imposto a Secretaria Escolar Digital, que representará mais tempo de trabalho para todos os professores. Para piorar, o governo negou-se a dar um reajuste que corresponde às perdas salariais acumuladas. Os 7% que vieram nos magros holerites representaram apenas um reposição conquistada na greve de 2011 e que foi parcelada até o presente ano. O governo tem endurecido contra o funcionalismo público como o todo. As universidades estaduais estão em greve há dois meses porque o governo não apresentou sequer 1% de reajuste para professores e funcionários.

Diante desse quadro, que é de precarização, de arrocho, de aumento da exploração, não existe outra resposta senão a de aprovar a greve. As razões para ela são mais que evidentes. Não há escola, não há professor que esteja suportando as condições impostas pelo trabalho na rede. Os problemas de organizar uma greve devem ser enfrentados como em todos os anos. O meio fundamental para isso é realizar uma poderosa assembleia geral dos professores, que discuta e delibere sobre as reivindicações centrais, sobre os métodos de ação do movimento e que se pautem na mais ampla democracia sindical.

As reivindicações para construir uma poderosa greve

Os trabalhadores não se movem por migalhas ou por promessas vazias. É preciso ter confiança na necessidade e justeza das reivindicações e convicção de que a força social, de centenas de milhares de professores que compõem a rede, possa dobrar a Secretaria de Educação e impor o atendimento dessas reivindicações. Para tanto, a greve deve ser construída sobre três eixos gerais: a defesa dos salários, dos empregos e das conquistas do magistério.

Em relação aos salários, a direção sindical não pode titubear, apontando índices que não repõem as perdas e não mobilizam o magistério. Nos últimos meses, a burocracia da APEOESP tem apontado índices em torno de 15% a 16%, com a “meta” de chegar ao salário médio dos profissionais com ensino superior. O que a direção chama de “meta” devemos encarar como uma necessidade para defender os trabalhadores da educação e a própria educação pública estadual. Portanto, o valor que defendemos deve ser aquele que atende a essa necessidade, do professor manter-se em apenas uma rede e permita manter a si e a sua família. Defendemos como bandeira central o Salário Mínimo Vital, que corresponde às necessidades de uma família de 4 pessoas, que, em nossos cálculos deve partir de R\$ 4.200,00. Essa deve ser a bandeira salarial dos professores – a possibilidade de alcançá-la plenamente depende obviamente da correlação de forças, da construção coletiva da greve e da firmeza da direção em defendê-la.

Quanto ao emprego, a precarização deve ser combatida pela raiz, os professores contratados têm comido “o pão que o diabo amassou” nos últimos meses, migrando de uma escola para outra, perdendo aulas, sendo perseguidos pelas direções escolares. Até mesmo efetivos perderam aulas e foram obrigados a buscar aulas em outras unidades. Esse é o retrato desse concurso feito como instrumento de propaganda política. Nossa defesa deve ser ESTABILIDADE PARA TODOS OS PROFESSORES, INDEPENDENTE DO CONCURSO, combinada com a APLICAÇÃO IMEDIATA DA JORNADA DO PISO E DA ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO (divisão das aulas entre todos os aptos sem diminuição dos salários). Não lutar pela estabilidade imediata dos contratados é prolongar a situação de precarização; não lutar diminuição das jornadas é preservar as jornadas estafantes, que só têm aumentado na última década. Não pode haver “vitórias” nessa

área enquanto existir essa profunda divisão do magistério imposta pelo governo nos últimos anos e os professores forem submetidos a jornadas em várias escolas e redes.

Quanto às conquistas do magistério, não podemos permitir que o governo arranque nenhuma delas. O direito à aposentadoria especial, o direito às faltas abonadas, o direito às licenças médicas, etc. são conquistas que foram obtidas por meio de muita luta dos trabalhadores da educação. Agora, será preciso, também, muita luta para a manutenção de tais direitos. Daí a importância das assembleias massivas, das manifestações gigantescas nas ruas, dos bloqueios de avenidas e da greve.

Ganhar as ruas e impor a força coletiva do magistério

Ninguém mais duvida da força das ruas. De como os movimentos massivos, que paralisam as principais avenidas e paralisam a atividade produtiva nas grandes cidades pode impor derrotas aos governos. As mobilizações de junho de 2013 demonstraram isso claramente. O método de ocupar as ruas e das grandes manifestações garante vitórias e pode representar uma vitória ao magistério paulista como há anos não se vê.

A aprovação da greve deve estar condicionada aos métodos da ação direta desde o início. É preciso convocar todos os professores, paralisar as escolas, realizar os piquetes, organizar as grandes passeatas pela Avenida Paulista e por outras grandes avenidas da capital para denunciar a destruição da educação pública e as mazelas do trabalho docente. Esse é o momento de colocar contra a parede o governo estadual e desarticular as medidas de ataque que têm se aprofundado contra o funcionalismo público como um todo.

Com a soberania das ruas, com as manifestações reunindo dezenas de milhares de professores, iremos conquistar nossas reivindicações.

Confiar no movimento é confiar na democracia do sindicato

A APEOESP é o sindicato que pode dirigir o movimento coletivo dos professores. Os demais sindicatos do magistério já demonstraram seu imobilismo e sua adesão aberta aos planos do governo (UDEMO, CPP e outros). Entretanto, a direção da APEOESP também já demonstrou vacilações e até colaboração com o governo (com a participação, por exemplo, nessa maldita Comissão Paritária criada pela Secretaria de Educação nos últimos três anos). Pesa sobre os professores a derrota da greve de 2013, na qual as bandeiras e as ações de rua eram limitadas e a participação das bases não ocorreu, visto que a comissão de negociação e de greve estadual não era composta por professores saídos da assembleia geral.

É preciso modificar essa política da direção, garantindo a mais ampla

Rio Grande do Norte

Governo não paga 13º e direção regional do Sinte não se move

O Governo do Estado, Rosalba Rosado/DEM, anunciou dificuldades financeiras e que, por isso, irá atrasar o pagamento da primeira parcela do 13º salário, como também irá dividi-lo em duas parcelas. São mais de 20 anos que o 13º é pago em junho e em dezembro.

O governo do Estado não tem dinheiro porque foi co-patrocinador, junto com o governo federal (PT/PMDB/PCdoB), das obras da Copa realizadas na capital. Foram 78 milhões guardados pelo governo do Estado para as empreiteiras caso tivessem prejuízo na realização das obras. Como as empresas não entregaram as obras no prazo da FIFA, é o governo do Estado quem paga o prejuízo

democracia no movimento. A confiança dos trabalhadores se faz na luta construída coletivamente e não na confiança “cega” a uma direção que já traiu mobilizações. O meio de garantir a democracia e o respeito às decisões coletivas é o da participação massiva dos professores na Assembleia Geral. Por meio da Assembleia todos os pontos do movimento (reivindicações, métodos e comissões) podem ser votados e podemos garantir que a burocracia não traia o movimento grevista. As Assembleias Gerais garantem a unidade e a força para vencer o governo e impedir que a burocracia do sindicato seja um obstáculo para a luta.

Os trabalhadores da educação defendem o direito de manifestação e de greve Combater a repressão judicial e policial aos movimentos

A polícia tem agredido, prendido e processado participantes que saem às ruas em defesa das reivindicações coletivas. A criminalização se sustenta com provas implantadas e novas leis contrárias ao direito de manifestação. A juventude tem sido o principal alvo dos ataques policiais. Mas, a repressão avança sobre o movimento sindical: 42 demitidos dos metroviários, mais de 200 do IBGE, perseguição e demissão das lideranças políticas dos rodoviários em São Paulo e dos garis no Rio de Janeiro. Somam-se às demissões, as multas milionárias sobre os sindicatos que fazem greves. O Estado impõe seu aparato repressivo contra os trabalhadores e a juventude que saem às ruas contra as demissões em massa e contra os salários arrochados e miseráveis. Os professores têm como tarefa fortalecer os comitês de luta para combater organizadamente a repressão policial.

Avança a barbárie sionista contra os palestinos O objetivo anunciado por Israel: destruir a capacidade de resistência armada do Hamas Qual é a resposta? Convocar a terceira Intifada! Armar a população de Gaza e da Cisjordânia! Em nossos países, organizar a luta anti-imperialista!

Companheiros(as),

Diante da invasão de Israel à Faixa de Gaza e do brutal massacre contra o povo palestino, os professores não podem ficar alheios. Devemos distinguir os responsáveis pela chacina de civis e de crianças. Devemos responsabilizar Israel e os países imperialistas, inimigos da autodeterminação dos povos oprimidos. São os que falam da paz e da democracia, mas que agem como rapinas e massacradores dos explorados e oprimidos. Devemos responder à guerra de Israel contra a Palestina com a guerra revolucionária: armamento geral dos palestinos, levante das massas exploradas do Oriente Médio e campanha mundial de mobilização anti-imperialista em nossos países.

das empreiteiras. Ou seja, o dinheiro dos impostos, dinheiro público, é destinado às empresas privadas capitalistas. O governo de Rosalba Rosado/DEM não tem dinheiro para a saúde, educação, moradia e transporte mas se dá ao luxo de bancar os capitalistas. Isso ocorre porque o governo do DEM é o governo dos próprios capitalistas. Se o governo não tem dinheiro para pagar 40% do 13º agora, por que terá dinheiro para pagar 60% depois?

Mas a direção regional do Sinte de Mossoró (PT e “independentes”) não vê razão para convocar a categoria para uma assembleia geral, pelo menos, para discutir a situação. Assiste sem fazer nada às atitudes arbitrárias do governo, sem incen-

tivar uma reflexão da categoria. Sua política de conciliação de classes e sua aposta na mudança através das eleições, onde só se muda o governo mas continuam os capitalistas no poder, paralisa as ações do Sindicato, anulando-o como instrumento de luta e mobilização da categoria e o transformando em uma faca cega sem ponta.

A **Corrente Proletária na Educação** entende diferente. O governo precisa dar satisfação sobre o 13º e garantias do pagamento em dia dos salários dos trabalhadores. Não podemos admitir calote e a inércia favorece aos desmandos do governo ao tornar passiva a categoria dos educadores (professores e funcionários). Pressionemos a direção regional do Sinte para a convocação imediata de uma assembleia geral da categoria com vistas a se posicionar diante das ameaças do governo.

O governo moribundo de Rosalba/DEM não pagou o 13º da categoria. Essa prática de atrasar o pagamento dos salários é uma marca deste governo. Já foi anunciado que até o final de 2013 os atrasos de pagamento seriam uma constante. Entramos em 2014 e o problema persiste. Por outro lado, para sustentar as empreiteiras que encheram os bolsos com as obras da copa do mundo e alimentar o setor privado não existe crise alguma. A linha política do governo foi atacar todo o funcionalismo estadual enquanto

alimenta os capitalistas com empréstimos bilionários contraídos através de organismos financeiros nacionais e internacionais.

Que papel cumpre a direção regional do SINTE/Mossoró?

Enquanto o governo massacra a categoria com atrasos nos salários, não atendendo as reivindicações da última greve e ignorando o estado caótico em que se encontram as escolas (faltam professores em todas as disciplinas, reformas de toda natureza, climatização das salas de aula, etc) a direção do SINTE não aponta para o caminho da luta nem os rumos que o movimento docente deve tomar. Cumpriram seu papel de desgastar eleitoralmente Rosalba e agora entrarão de cabeça nas eleições, inclusive lançando membros da direção do sindicato como candidatos. Para a direção do SINTE as eleições serão mais importantes do que a categoria mobilizada nas ruas.

Neste sentido, a direção regional do SINTE deve convocar imediatamente uma assembleia para fazermos uma avaliação da greve e discutirmos qual será a nossa tática no sentido de organizar a luta para responder aos ataques do governo.

PAGAMENTO IMEDIATO DO 13º SALÁRIO!

QUE O SINTE CONVOQUE IMEDIATAMENTE UMA ASSEMBLEIA PARA DISCUTIRMOS A ORGANIZAÇÃO DA LUTA!

Professores de Fortaleza:

Greve termina sem ganho real

A greve do magistério municipal de Fortaleza terminou nesta terça (05 de agosto) em assembleia realizada na praça da imprensa. Cerca de 1000 professores estiveram presentes. A greve foi encerrada, por iniciativa da direção majoritária do Sindiute (PT), depois de apresentada a contraproposta da prefeitura sobre os 13 pontos da pauta. A Corrente Proletária na Educação/POR e as outras correntes de oposição defenderam a continuidade do movimento paredista.

A greve dos docentes foi aprovada na assembleia do dia 24/07 que contou com a presença massiva da categoria (2.300 professores). Porém, foi iniciada somente dia 01/08 para que a prefeitura fosse comunicada com antecedência de 72 horas, conforme estabelece a lei burguesa antigreve. A pauta imposta pela burocracia sindical tinha 13 pontos entre os quais destacava-se: a implantação do 1/3 de hora atividades para a educação infantil e fundamental I; reajuste de 4,9% correspondente a resíduo do piso salarial; aumento do vale-alimentação dos atuais R\$ 7,50 para R\$ 15,00; pagamento de anuênios atrasados a todos os professores; pagamento de 4 vales-transporte (a prefeitura os havia reduzido para 2 e aumentado o desconto); retirada da minuta da prefeitura enviada à Câmara Municipal que destruía o direito à redução da carga horária do professor que completasse 50 anos ou atingisse 20/25 anos de serviço. O POR defendeu, na assembleia que deflagrou a greve, a unidade da categoria com pais e alunos para enfrentar os governos da oligarquia Ferreira Gomes, assim como carta aberta aos pais, comando de mobilização e zonais.

Direção majoritária mutila democracia

A proposta de zonais foi encaminhada a contragosto da direção sindical. Nestes, a burocracia deixava um tempo mínimo para os professores de base falarem. No zonal da Regional V, a direção majoritária quis impedir que um professor da Corrente Proletária falasse, com a alegação de que não pertencia à rede municipal. Apenas a pressão da base garantiu que falasse. No dia 02/08, propôs manter o ato na

Praça e não seguir em passeata até a prefeitura, conforme a programação votada na assembleia. Mais uma vez, por pressão da categoria, que votou a favor de ir até o paço municipal, teve de submeter-se. No caminho, as diretoras do PT monopolizaram o microfone explicando que só iriam abrir para falas quando da chegada na prefeitura. Após a chegada, tentaram encerrar o ato. Tiveram de permitir inscrições depois de muito bate-boca com as correntes opositoras, apoiadas por alguns professores de base. A burocracia sindical quanto mais se vê acuada e sob pressão do estado e da justiça burguesa, mais tem necessidade de estrangular a democracia sindical e fazer calar os opositores.

A suspensão da greve determinada pela justiça

Antes mesmo da greve começar dia 01/08, a prefeitura conseguiu assegurar o despacho de uma liminar do Tribunal de Justiça (TJCE) que determinava a suspensão da greve por seis dias, uma audiência de dissídio coletivo marcada para o dia 06/08, e a proibição de qualquer piquete a menos de 200m de qualquer escola, sob pena de multa diária de 100 mil pra cada uma das três entidades organizadoras da greve (UTE, Sindiute e SIND&UTE). A reação da direção majoritária foi a princípio de recuo. A pressão da categoria e sua indignação com a justiça forçou a burocracia a ir além do pretendido e declarar que não acataria a decisão liminar mantendo o calendário da greve. Sua preocupação estava em perder o dinheiro arrecadado da categoria que ela manipula sem prestar contas a ninguém. No dia seguinte, estava prevista a manifestação da Praça do Ferreira, da qual já falamos. A burocracia do Sindiute não permitiu a um membro da Corrente Proletária na Educação/POR, e dirigente do sindicato, fazer o encaminhamento de organizar comissões de mobilização a fim de paralisar as escolas que se mantinham fora da greve. Ao contrário, orientou que os professores deviam convencer apenas por telefone, os colegas a aderirem à paralisação. A direção majoritária tinha receio

se conseguiria reverter a multa de R\$ 600 mil na negociação com a prefeitura. Ficou claro que as burocracias sindicais preferem a derrota do movimento a ter de perder seus recursos vultuosos. Para disfarçar seu peleguismo recorrem à demagogia de que enfrentam o estado, quando na verdade se submetem a ele.

O fim da greve e as tarefas para o futuro

A Prefeitura de Fortaleza, nas mãos dos Ferreira Gomes, decidiu negociar após a liminar. A campanha eleitoral em marcha (com o candidato da oligarquia apresentado apenas 14% das intenções de voto contra 44% do candidato do PMDB, Eunício Oliveira); a possibilidade de atender uma pauta rebaixada e o receio de uma greve do magistério que modificasse o calendário letivo e desgastasse a gestão, levou Roberto Cláudio a marcar uma audiência no paço municipal onde atendeu uma boa parte da pauta apresentada, incluindo a retirada da ação do TJ e do pagamento da multa.

Balanço do Eness

Ocorreu entre os dias 1 a 6 de agosto, o 36º Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, em Florianópolis. O ENESS foi aparelhado pela corrente JCA e predominou a orientação reformista/estalinista de universidade popular. A Corrente Proletária na Educação/POR atuou em defesa de um programa de lutas contra a política privatista do governo e defendendo a urgência de liquidar o reformismo do MUP (movimento por uma universidade popular) hegemônica no movimento estudantil de serviço social desde 2010.

As Correntes presentes UJC (PCB), Levante Popular da Juventude (ConsultaPopular, PT) se enfileiravam com os prestistas da JCA levantando a bandeira da universidade popular. O grau do aparelhamento se apresentou na grande maioria dos debates e das mesas de discussão em que foram elencados somente defensores desta política. Além de despolitizados, os debates sempre ocorriam atrasados e ainda havia limite de inscrições para não atrasar as festividades. Ademais, os atrasos comprometiam as discussões, inclusive dos grupos de deliberação dos eixos do encontro.

Um grave equívoco patrocinado pelos prestistas foi a política de subordinar o movimento estudantil às instâncias corporativas da profissão de Serviço Social, afastando cada vez mais da unidade com o conjunto dos estudantes. Evidenciam, assim, o colaboracionismo e subserviência às burocracias que dirigem politicamente as organizações profissionais (CFESS- Conselhos Federais e Regionais e ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Em várias mesas de debate, estiveram presentes representantes destas entidades da categoria, pois os prestistas se alinham a estas burocracias com quem partilham da perspectiva liberal e reformista do Projeto ético Político da profissão.

Outro ponto importante do encontro foi a explicitação das prioridades do MUP. Assumiram publicamente que o problema do acesso ao ensino de toda juventude não é uma prioridade do movimento e nem o combate ao ensino privado. Afirmam apenas que são contra a privatização, criticam o REUNE, Prouni, mas só na perspectiva do prejuízo da pública e não contra o ensino privado. Trata-se de uma capitulação! A bandeira da estatização das particulares e acesso a todos sequer é colocada, pois, eles defendem a limitada bandeira de democratização

A greve reverteu momentaneamente os ataques da prefeitura às condições de trabalho do magistério. Porém, não arrancou nenhum ganho salarial. Roberto Cláudio não atendeu sequer a miséria de 4,9% pedido pela burocracia. Quanto à lei da redução da carga horária, a prefeitura absteve-se de modificá-la; todavia não a implantará, mantendo em vigor o parecer da PGM. A forte desaceleração econômica, expressão da crise do capitalismo, e os gastos com a Copa cobrarão seu tributo. Novos ataques virão após as eleições. É preciso estar preparado.

A Corrente Proletária na Educação/POR, por isso, tem defendido insistentemente a unidade das oposições para derrotar a direção petista e inconsequente do Sindiute. O sectarismo do PSTU/Conlutas e da corrente OTrabalho/PT, que rejeitam a unidade, é o grande obstáculo a ser vencido. De uma forma ou outra, o fundamental é ganhar o magistério para o programa revolucionário. O POR vem se potenciando e luta com ardor por este objetivo.

dentro das universidades públicas.

Sobre a questão da organização do movimento estudantil, afirmam exatamente que foi um avanço o rompimento da Enesso com a UNE e repetem exaustivamente que o “movimento deve ser construído pela base” e que depois disso vão criar uma nova entidade. Como estratégia da construção de base, utilizam o fórum de entidades como o FENEX (fórum de executivas de cursos) onde se reúnem apenas as lideranças, dirigentes de cursos e ainda afirmam que é uma perspectiva democratizante. Não passam de mais um grupo divisionista como o PSTU/ANEL.

A estratégia do MUP (movimento por uma universidade popular) é defender que a universidade é uma instituição chave para a sociedade, e por isso tem que ser disputada por dentro. Por isso, afirmam que é progressista disputar todas as instâncias dentro da universidade burguesa, até as reitorias. Para eles, a universidade popular assumiria, assim, papel de mediadora do processo para o socialismo. O que é impossível, pois a universidade na época do imperialismo já não serve para desenvolver forças produtivas e não pode ser reformada, nunca será ferramenta para o socialismo. Afirmar que a universidade burguesa poderá estar do lado da classe trabalhadora não passa de um delírio estalinista reformista dessa corrente.

A Corrente Proletária repudia esta política colaboracionista com o governo e a burguesia e atua na defesa de um programa proletário para a educação submetido à direção da classe operária e de seu programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista.

É urgente a construção de um programa que defenda a estatização sem indenização de todas as universidades privadas; constituição de um sistema único, público e gratuito, científico, vinculado à produção social, sob controle coletivo dos que estudam e trabalham! Contra o divisionismo da Anel e do MUP: pela constituição de uma fração revolucionária na UNE para combater a estatização promovida pelos estalinistas e reformistas do PCdoB! E contra a proposta burocrata de democratização da universidade defendemos uma real autonomia universitária! Sob um governo tripartite, eleito pelo voto universal e secreto de toda a comunidade universitária, com revogabilidade dos mandatos e subordinado à Assembléia Geral Universitária.

75 dias de greve nas estaduais paulistas:

Governo/reitorias atacam o movimento com polícia e corte de ponto: é preciso responder com a mobilização massiva e unificada

Alckmin e os reitores das universidades estaduais pretendiam impor o reajuste salarial zero aos funcionários e professores contando para isso com o desgaste de uma greve longa e sem a participação ativa dos estudantes. Insistiram na não negociação dos salários e reforçaram sua campanha sobre a suposta crise orçamentária da USP causada pelo gasto salarial superior à arrecadação. Convocaram ativamente os estudantes para a volta às aulas no segundo semestre. Conseguiram impor uma divisão ao movimento, a partir do acordo com os professores da Unicamp ao redor de um abono de 21% a ser pago num único mês. Apesar disso, a greve se manteve.

Fracassada a política do desgaste, recorreram à repressão aberta para tentar quebrar o movimento. Pediram à justiça uma liminar para jogar a polícia sobre os piquetes e dissolvê-los, abrindo caminho para os fura-greves adentrarem ao trabalho, tendo a pressão da reitoria atrás de si. Cortaram o ponto dos funcionários, estrangulando os trabalhadores nos salários, único meio de sobrevivência e de suas famílias. As medidas autoritárias da reitoria/governo repercutiram sobre o movimento.

Falência da política da greve estudantil “de apoio” na USP

A radicalização autoritária do reitor Zago/Alckmin pressiona as direções, que por sua política buscariam a via da conciliação, mas esta se torna inviável no momento.

A direção dos professores passou a defender em campanha que a luta não é só salarial, é contra a política orçamentária da reitoria/governo no seu conjunto, que ataca também os estudantes. Passou a levantar as plenárias dos três setores nas unidades para discutir conjuntamente a greve e as atividades conjuntas.

A direção dos funcionários publicou um manifesto em que critica os estudantes pelo apoio passivo e reivindica um movimento de fato conjunto, unificado, levantando as pautas que respondam à crise orçamentária.

A maioria da direção do DCE (PSol-MES/PSTU), que tinha rompido com as assembleias e comando de mobilização, voltou ao movimento, convocou a assembleia do dia 07/08 e se integrou de forma unitária ao movimento.

A mudança na política das direções e das correntes corresponde à necessidade de responder à ofensiva repressiva e a intransigência da reitoria/governo. A chamada greve de apoio, com os estudantes passivos em casa, se mostrou impotente diante da burocracia universitária autoritária.

Mas as mudanças não são suficientes para um novo rumo da greve. A defesa dos piquetes expressa de fato a defesa do direito de greve e o rechaço à invasão da universidade pela polícia. Isso depende não apenas da participação da vanguarda estudantil nos piquetes, mas de sua massificação, e da ida massiva às ruas para defender a universidade do ataque promovido por Alckmin e sua burocracia. A realização de um

movimento massivo por sua vez está ligada à construção da assembleia geral universitária, dos três setores, com voto universal. As plenárias unitárias das unidades servem à discussão e organização de base, mas não são deliberativas e não atingem o movimento no seu conjunto. Isso se faz é com a assembleia geral universitária. Que deve ir além da defesa da greve, dos salários cortados e dos piquetes ameaçados pela repressão. Deve se colocar a tarefa de investigar as contas da universidade, apurar os favorecimentos e a corrupção da casta burocrática, determinar qual deve ser o orçamento que atenda às reivindicações de estudantes, funcionários e professores (o qual deve ser mantido integralmente pelo Estado, pondo fim a toda privatização), varra com a casta burocrática privatista e corrupta e instale em seu lugar um governo tripartite, eleito diretamente pelo voto universal, com mandato revogável, e subordinado à assembleia geral universitária.

O método para vencer é o da soberania das massas nas ruas, desenvolvido em junho de 2013

No dia 07/08, um trancaço nos três portões do campus Butantã da USP inviabilizou todas as atividades internas. Alguns diretores chegaram a emitir notas oficiais confirmando que não haveria expediente. A manifestação ainda realizou uma grande marcha nas ruas ao redor da universidade, unindo os piquetes e travando as avenidas. Nos campi do interior, também se organizaram trancaços simultâneos aos da capital. Organiza-se uma manifestação de rua para o dia 14/08, com o objetivo de chegar ao Palácio do Governo. A volta dos estudantes pode fortalecer a mobilização, ultrapassar os muros da universidade e ganhar novamente as ruas, desta vez confrontando o autoritarismo do governo.

Por mais que se mantenha a greve no interior da universidade, os debates nos auditórios, as passeatas no interior do campus, tudo isso não derrotará o governo. É preciso ir às ruas e repetir a soberania das massas para impor as reivindicações.

O comando de greve deve ser instrumento para impulsionar a luta e não freá-la

O comando de greve estudantil de 2014 se dissolveu no final de junho. As assembleias de cursos em greve estavam esvaziadas. Formou-se então um comando de mobilização aberto para garantir a organização e a participação da vanguarda que se mostrava disposta a manter a luta. Com a volta às aulas, o que se viu foi um fenômeno bem diferenciado nos cursos. Enquanto alguns realizaram assembleias cheias e com disputa política ao redor de propostas, outros fizeram assembleias esvaziadas, ainda refletindo a desmobilização da greve de apoio passivo. Vários cursos não estão em greve.

A assembleia de 07/08 decidiu pela retomada do comando de delegados, com delegação igual para os cursos em greve e com aulas, sob os argumentos de que o delegado reflete a

mobilização da base e que há cursos mobilizados, mas não em greve.

A Corrente Proletária defendeu nesta situação a formação do comando de greve aberto. Reafirmou que a forma de composição do comando, se aberto ou por delegação, não é um princípio e deve ser aplicada concretamente. Em 2011, a greve contava com assembleias massivas e a delegação formou um comando combativo e amplo. Em 2014, as assembleias esvaziadas dos cursos em greve e a composição majoritária por cursos que não estão em greve formou um comando antigreve. Um comando aberto nessa situação permitiria que se expressasse majoritariamente a vanguarda dos cursos mais mobilizados, formaria um comando de luta que serviria de ponto de apoio para a organização da greve onde não havia ou estava fraca. No caso concreto, a eleição de delegados com assembleias esvaziadas vai expressar não a mobilização dos cursos, mas a sua desmobilização. A abertura à livre participação da vanguarda dos cursos mais mobilizados é que poderia expressar a mobilização REAL e não a idealizada.

A decisão mais grave foi a de formar o comando com delegados não grevistas na mesma proporção dos grevistas. Em primeiro lugar, porque a democracia direta acontece quando quem decide é quem executa as decisões. Não tem cabimento

os não grevistas decidirem sobre as atividades dos grevistas. Em segundo lugar, porque se trata de um comando de greve e não de mobilização. Os cursos mobilizados e não em greve participam das decisões do movimento por meio das assembleias gerais. Devem participar do comando, mas não podem decidir sobre uma greve que não é deles.

A experiência vai mostrar o erro de não apostar num comando de luta, que hoje concretamente se construiria por meio da participação a maior possível da vanguarda mobilizada.

A luta contra a repressão se mantém, apesar da libertação de Hideki

Fabio Hideki e Rafael Lusvarghi foram libertados na noite do dia 07/08, depois de 45 dias. Hideki é estudante e trabalhador da USP e por isso sua libertação foi erguida como pauta central da greve. Mas a repressão continua: a presença da polícia e sua ação contra os piquetes, e os cercos policiais às manifestações, a anulação prática do direito de greve são parte da ofensiva geral repressiva sobre os movimentos.

A greve das estaduais paulistas tem pela frente a tarefa de impor às reitorias/governos o direito de greve, do qual é parte a organização de piquetes e o não corte de salários. A volta do movimento estudantil à luta pode abrir o caminho.

Do boletim da Corrente Proletária de 4 de agosto:

**Tropa de Choque invade a USP para destruir piquetes dos funcionários em greve
Responder à repressão com movimento unitário e massivo de estudantes, professores e funcionários! Defender os piquetes com mobilização massiva!
Convocar a assembleia geral universitária (dos três setores) para organizar a resistência de forma unitária!**

Que a assembleia geral universitária aprove:

- 1) defesa dos piquetes dos funcionários e do direito de greve com mobilização massiva dos três setores;
- 2) discuta e aprove a apuração das contas da universidade pelos que estudam e trabalham; que investigue os favorecimentos e a corrupção da casta burocrática;
- 3) discuta e aprove qual deve ser o orçamento que atenda às reivindicações de estudantes, funcionários e professores, o qual deve ser garantido integralmente pelo Estado, acabando com toda forma de privatização;
- 4) que destitua a casta burocrática dirigente privatista e elitista e constitua um governo tripartite, eleito pelo voto universal, de mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.

A reitoria da USP obteve da justiça uma liminar para colocar a Tropa de Choque dentro da universidade e dissolver os piquetes da greve dos funcionários. É mais uma violação da autonomia universitária e do direito de greve dos funcionários. É mais uma ação do Estado policial para impor a privatização e precarização da universidade, fazendo funcionários e professores engolirem o congelamento salarial, demissões de terceirizados e não contratação, e os estudantes engolirem os cortes de bolsas, permanência estudantil e degradação das condições de estudo (EACH).

Os piquetes são instrumentos de força dos funcionários para garantir as decisões democráticas tomadas pela maioria e impedir que uma minoria quebre o movimento furando greve. São uma resposta às pressões autoritárias da casta burocrática dirigente que ameaça os funcionários com todo tipo de chantagem.

A liminar obtida pela reitoria é na prática a supressão do

direito de greve pela via da violência policial. É expressão do autoritarismo do governo Alckmin, que pretende impor pela força sua política privatista, racista e elitista na universidade.

A resposta à violência policial deve ser o fortalecimento da mobilização. A greve de funcionários e professores se opõe à essência do plano de quebra e privatização da USP pelo governo/reitoria, plano que ataca a universidade pública e gratuita, prejudicando estudantes, funcionários e professores. Por isso deve ser respondido de forma unitária, com o método das manifestações de junho de 2013: com a mobilização nas ruas. Isso depende da ação geral dos estudantes. É preciso deixar de lado a política de apoio passivo estudantil e constituir um movimento de fato unitário. Unidade real se faz é com a discussão e decisão coletivas, ações coletivas, negociação conjunta e comando unitário. Isso se organiza é com a assembleia geral universitária!

Nesta edição:

- Argentina: A dívida externa é o maior monumento da corrupção, do saque e do entreguismo
- Avança a barbárie sionista contra os palestinos
- Agigantam as tendências bélicas do imperialismo
- Fora os Estados Unidos do Iraque e do Oriente Médio

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Argentina – Todos os governos de joelhos diante da dívida externa
Alguns a multiplicam em níveis insuportáveis, e outros entregam todos os recursos para poder pagá-la.

A dívida externa é o maior monumento da corrupção, do saque e do entreguismo

O ponto de vista da classe operária

Toda dívida externa é fraudulenta. E não deve ser paga. Na dívida externa, se concentra boa parte da política de submissão da Nação ao imperialismo. Todos os setores da burguesia, seus partidos, suas instituições e suas câmaras empresariais foram e são partidárias do pagamento da dívida, “honrar os compromissos”, como dizem, sem se importar que a dívida é um monumento da corrupção, da rapina e do saque.

Neste tema se pode ver com clareza como a classe capitalista se converteu em uma classe antinacional e arrasta setores das classes médias por trás de sua política. Faz campanha para convencer toda a população de que é uma virtude pagar os ladrões, que é uma dupla virtude cumprir as sentenças dos tribunais estrangeiros e que se deve continuar pagando. Quase não aparece nenhuma voz dizendo com clareza: *Não há que pagar!*

A dominação imperialista sobre nosso país, o pisoteio de nossa soberania, se exerce por meio das multinacionais dominando setores chaves da economia do país, saqueando os recursos, concentrando o comércio exterior, colonizando o sistema bancário. E se exerce através da dívida externa, por meio de seus centros financeiros que comandam as políticas sobre nosso país.

O governo Kirchner não pode defender o interesse nacional, tampouco seus opositores patronais

O governo de Kirchner aceitou a jurisdição de Nova York para a troca de bônus. O governo que pagou a dívida fraudulenta de 190 bilhões de dólares, como disse o Ministro Kicillof (como nunca antes na história da Argentina), que se vangloria de ter cancelado o contrato da dívida com o FMI por 10 bilhões, que se proclama como “pontuais pagadores”, que pagou as sentenças no CIADI (Tribunal Internacional, onde se anulam as diferenças entre as multinacionais e o Estado nacional), que negociou com o Clube de Paris, que pagou os saqueadores da YPF, o governo que defende as multinacionais contra os trabalhadores atacando-os com a polícia, que abre a exploração petrolífera às multinacionais, que entregou a mineração,... *não será este governo que defenderá o interesse nacional.*

Não é uma particularidade deste governo, é uma condição que

abarca toda uma classe social, a burguesia, que é uma classe submissa dos pés à cabeça ao amo imperial.

Não há que se iludir com os discursos, com os conflitos que tem com um setor do capital financeiro, ou com alguns setores patronais que exigem uma entrega total, que já se pôs de joelhos.

O governo apresenta como um triunfo ter pago o que não devia. Dívidas que eram de origem fraudulenta, como foi provada. Desconheceu, como o Congresso, denúncias e sentenças judiciais contra a dívida. Apresenta como um triunfo ter pago cifras gigantescas, que superam o valor que tinham os bônus que entraram na troca. Aquele “desconto” de 65%, os portadores de bônus já os recuperaram com acréscimos. Os pagamentos foram em dinheiro, praticamente não houve refinanciamento da dívida, porque não houve acesso aos mercados internacionais.

O governo Kirchner caiu em sua armadilha, produto de sua incapacidade de classe. Por que o governo aceitou como jurisdição Nova York, onde não há lei que obrigue a minoria dos portadores de bônus a aceitar o acordo aprovado por 93% dos credores? Ninguém o advertiu que o objetivo dos abutres que não entraram na troca de bônus só pretendiam usar a justiça para “levar tudo”?

Ter aceitado a justiça norte-americana já era uma violação de nossa soberania. Os abutres impõem sua lei

O Juiz de Nova York decide que os fundos abutres têm de cobrar 100% dos bônus em seu poder, mais juros, mais penalidades.

Não lhe importa que 93% aceitou a troca de seus bônus. Não lhe importa por quanto os abutres compraram esses bônus. Não lhe importa quantos bilhões a Argentina pagou cumprindo sagradamente com as trocas e outras dívidas. Muito menos importam as consequências que podem ter para o país. Nem tampouco que o rendimento da aplicação especulativa foi espetacular. A única coisa que importa é que há documentos assinados pelo Estado Argentino, que estão vencidos e não-pagos, e que devem ser pagos. E, se não paga, se embargarão as propriedades que se consiga para o cumprir a sentença. Griesa e a Suprema Corte não levam em conta o dano que podem fazer ao sistema financeiro internacional, nem a seu próprio Estado como centro financeiro internacional, nem com as reclamações que têm chegado de todo o mundo em solidariedade com a causa argentina. A única

coisa que importa é que têm em suas mãos documentos que não foram pagos a tempo e forma, e os executa.

Assim é a Justiça do opressor. Não devemos estranhar. Griesa não é um tonto, nem um franco atirador, sua sentença contou com o respaldo da Suprema Corte da Justiça dos Estados Unidos.

O governo Argentino transferiu ao Banco de Nova York 536 milhões de dólares para o pagamento dos vencimentos de 30 de junho aos portadores de bônus que investiram nas trocas. O Juiz Griesa ordenou ao Banco que não transferisse esses fundos aos portadores de bônus. Esse vencimento teve um prazo até 30 de julho. O Juiz não liberou esses fundos para esse dia, portanto declarou a Argentina em falência (default). Para todos eles não importa se o dinheiro saiu da Argentina para pagar, para eles é suficiente que os portadores dos bônus não tenham recebido o dinheiro, para declarar o país em default. E todos os bancos e fundos de investimento que integram o Comitê que determina se teve o default, que se reuniram com extraordinária rapidez, em 1º de agosto, determinaram por unanimidade que *Há Default*, e, portanto, habilitam o pagamento dos seguros contradefault tomados pelos portadores de bônus.

Os abutres utilizam todos os recursos para cobrar a sentença multimilionária. Para eles, não tem importância que a Argentina tenha enviado o dinheiro para o pagamento. Assim funciona a extorsão. Obriga que pague os abutres, do contrário, o dinheiro que ia para os portadores de bônus da troca não lhes chegará nunca, por sua decisão, e se configurou uma situação de default. Assim é a lógica do opressor. O mesmo que impede que o dinheiro chegue aos portadores de bônus é o que diz que os portadores de bônus não têm cobrado e, que, portanto, há falta de pagamento (default).

As agências qualificadoras de crédito declararam que a Argentina entrou em “default seletivo” ou “default restringido”. A qualificadora Moody’s ameaça com “as condições difíceis que se apresentaram para a YPF e para os negócios em geral”, pela “deterioração dos indicadores de crédito”.

Setores democratas, como o Senador Bob Menéndez, presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano, também exigiram que o “governo Argentino entre em negociações imediatas e diretas com seus credores... se se declara a suspensão de pagamentos será resultado das declarações irresponsáveis feitas pela administração Kirchner...” Os abutres têm apoio em todo o sistema, não somente no partido republicano, para o qual contribuem generosamente.

O que devemos assinalar é a atitude miserável e imunda de todos os entreguistas de nosso país, nossos próprios abutres, que reconhecem esses tribunais como se fossem os seus, nos dizem que é preciso render-se diante das sentenças implacáveis, acatando suas leis. E também os entreguistas, que continuam assinando documentos, reconhecendo esses tribunais.

Entre os bancos que formam o Comitê que determinou que a Argentina entrou em default, que disparou a cobrança dos seguros, se encontram várias instituições que têm atividade na Argentina, como o BNP Paribas, Citibank, N.A., Deutsche Bank AG, Barclays Bank plc e outros. Cabe expulsá-los do país por ser parte de uma manobra contra a nação. O que farão o governo e a oposição diante desta clara atitude? Permitirão que continuem seus negócios como se nada tivesse ocorrido? Seguramente, não emitirão nenhuma notinha de queixa.

Entre aqueles que faziam parte desse Comitê aparece Elliot Management Corporation, que pertence ao abutre NML, que ganhou a decisão contra a Argentina. Assim, fecha o círculo.

A declaração do default pode ter outras consequências. Se não se remedia a situação nos próximos 60 dias, os portadores de bônus da troca podem iniciar ações contra o governo Argentino, exigindo a aceleração do pagamento de seus bônus, reclamando a totalidade do capital e os juros, tudo junto, para o pagamento imediato. Situação que

se ocorrer poderá obrigar uma nova reestruturação de toda a dívida.

As solidariedades são demonstrações impotentes diante da lógica implacável do setor mais concentrado do capital financeiro

Todas as expressões de solidariedade, de apoio político, pouco servem quando o poder está em mãos de um setor mais reconcentrado do capital financeiro. Não lhes importam os países, as pessoas, nem os danos que possam ocasionar. Seu objetivo é maximizar os lucros, não importa como seja.

Setores poderosos da Europa e Estados Unidos, funcionários do FMI, prêmios nobel de economia, governos, alertam sobre o perigo para o sistema financeiro encerrar outra vez a Argentina. E as consequências, que podem ter para todo o sistema.

O poder dos abutres é a mais clara demonstração do fracasso de todas as tentativas de regular o sistema financeiro internacional e pôr limites à especulação. Não podem acabar com os paraísos fiscais, nem com os abutres. O capital financeiro é o que manda e o que continua impondo as regras, e as faz saber em todo o mundo. Uns são a expressão da bancarrota capitalista e outros da impotência para detê-la.

O que procuram os bancos privados argentinos, querendo comprar os bônus dos abutres?

Alguns meios jornalísticos alentaram a ideia, nos dias prévios à finalização do prazo, que era possível resolver o pedido abutre, por meio de uma garantia ou comprando diretamente os bônus. Esta informação gerou uma alta espetacular das ações e dos bônus e caiu o “risco do país”. Em vários meios de comunicação, se assinalou que a gestão era garantida pelo Presidente do Banco Central Fábrega, ainda que publicamente o desmentia. O diário A Nação publicou, no dia 31, uma carta, da Associação de Bancos Adeba, ao presidente do Banco Central, solicitando o acesso a divisas e câmbios nas operações bancárias, que já haviam sido acordadas em palavras, para respaldar a operação de compra de bônus dos abutres.

Vários bancos locais e estrangeiros estavam especialmente interessados em que a Argentina não caísse em default, porque têm em seus ativos bilhões de dólares em bônus da dívida externa, cuja cotação cairia bruscamente.

O diário O Cronista informa que no dia 29 de julho o banco Macro, de Jorge Brito, obteve uma valorização adicional na Bolsa de 462 milhões de dólares, o Grupo Galicia, 430 milhões, o Hipotecário, 76 milhões, o Patagônia, 116 milhões. Mais de 1 bilhão em seu valor de mercado. Tudo como resultado da informação de que o acordo de compra da dívida dos abutres estava a ponto de se concretizar. Isso quer dizer que se tivessem posto o dinheiro de seu bolso para fazer a operação teriam conseguido um grande lucro.

Como a operação se frustrou, acusaram histericamente o governo, as declarações de Kicillof e Cristina Kirchner, por abortar o acordo e cair no default. E, em seguida, os politiquinhos e os meios de comunicação saíram em coro repetindo o que foi dito pelos bancos como se estes fossem os salvadores da Nação.

O acordo se frustrou porque não teve confirmação por parte do governo de como os bancos recuperariam os fundos que eles pagariam aos abutres, operação que deveria executar-se no próximo ano. Sua pretensão era que o dinheiro saísse, entre outros, do fundo de garantia dos depósitos dos poupadores, para se beneficiar sem pôr praticamente um peso de seu bolso. O resultado teria sido o de mudar um abutre por outro. Os mesmos artífices do endividamento e os negociadores do passado, e que continuam com seus negócios especulativos, apareciam com a “solução” milagrosa.

A questão é mais complexa ainda. Se a operação de compra dos

bônus em juízo fosse exitosa, ter-se-ia apresentado rapidamente aos outros 6% dos abutres que não faziam parte da decisão de Griesa, para que exigisse um tratamento semelhante. A quantidade de bônus envolvidos nesse juízo é da ordem de 1% do total.

Os empresários saudaram efusivamente a possibilidade de um acordo com os abutres, o mais eloquente foi o gerente da Câmara de Importadores, Miguel Ponce, que disse que o arranjo “voltaria a colocar o país no caminho do retorno aos mercados internacionais de crédito e que a balança comercial deixaria de ser a única *fonte genuína* de divisas”. Pensamento compartilhado pelos empresários e o pelo próprio governo que faz tudo o possível para voltar ao que chamam de mercado de capitais.

É necessária uma paralisação geral, ativa, de todos os trabalhadores, como parte de um plano de luta, em defesa de nossas condições de vida, para brecar a mão do governo e das patronais, sejam multinacionais ou nacionais

É imprescindível lançar um plano de luta em defesa das condições de vida mais elementares. Que abarque a totalidade dos trabalhadores. Organizado a partir de cada lugar de trabalho.

A inflação é insuportável, devorou nosso poder aquisitivo. Os reajustes salariais não conseguem cobrir o custo de vida de uma família. As demissões e suspensões estão na ordem do dia, afetam milhares de trabalhadores. Um a cada três trabalhadores está precarizado. Sobe o custo do transporte e do aluguel. O governo intensifica a repressão às lutas com o auxílio da burocracia sindical.

É necessário dar uma resposta agora, numerosas categorias e fábricas estão em luta. É o momento de generalizar as lutas, para não deixar isolados os que estão lutando. Os burocratas ameaçam com paralisação, de vez em quando, mas vão postergando a convocatória em função das negociações com o governo ou com a oposição. Moyano posterga porque o sindicato dos condutores de coletivo (UTA) e de maquinistas (A Fraternidade) não querem parar em Agosto. Eles querem uma paralisação tranquila, domingueira, sem piquetes, sem mobilizações, sem bloqueios, que não faça parte de nenhum plano de luta. Por um lado, sentem a pressão das bases que não suportam a situação e de setores que estão em luta, mas, por outro, querem ser eles os que capitalizem a medida, para mostrar-se diante das frações patronais como aqueles que ainda têm o controle do movimento operário.

Os trabalhadores têm de impulsionar a partir das bases o debate do plano de reivindicações, como nos organizar e como fazer para sair em luta juntos. Que não falte ninguém, como os desempregados, os suspensos, os terceirizados, os precarizados, os aposentados. TODOS. Com as reivindicações de todos. É necessário impor a unidade a partir das bases contra toda divisão do movimento operário, fragmentado pelo trabalho dos burocratas, do governo e das patronais. A burocracia se “esquece” dos trabalhadores desempregados, se “esquece” dos trabalhadores informais. Parece que sua preocupação somente gira ao redor do imposto sobre os lucros, uma preocupação legítima, mas que afeta um setor minoritário dos trabalhadores.

Hoje o centro das reivindicações passa por exigir a reabertura das paritárias, que nenhum reajuste salarial ocorra abaixo de 40%, que é a inflação do ano, por impor um **piso salarial igual ao custo de vida de uma família** e que se reajuste mensalmente. As aposentadorias e pensões também têm de cobrir o custo de vida de uma família.

E também por **impedir demissões e suspensões**. Não há leis, nem

A burguesia é uma classe antinacional, o governo Kirchner se ajoelha diante do amo imperial. Somente a classe operária, dirigindo o conjunto dos oprimidos, pode defender a soberania nacional diante dos abutres, do capital financeiro e das multinacionais, que nos saqueiam todos os dias.

Não pagamento da dívida externa!

Fora o imperialismo da Argentina e da América Latina!

Expropriar as multinacionais, sem indenização, sob o controle operário!

Monopólio estatal dos bancos e do comércio exterior!

(Extraído do Jornal Massas, nº 291, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

medidas do governo que detenham os golpes contra os trabalhadores. O desemprego é o pior flagelo, por isso os trabalhadores estão defendendo com unhas e dentes seus postos de trabalho.

O desemprego e o trabalho precário são um problema que afeta milhões de trabalhadores. É necessário **pôr fim ao desemprego, distribuindo todo o trabalho entre todos os trabalhadores**, sem afetar o salário, e que não fique um só trabalhador sem seu posto de trabalho. O governo e as patronais, com a colaboração da burocracia, colocam medo nos trabalhadores dizendo-lhes que cuidem do trabalho, que se esqueçam do salário, que se esqueçam de lutar. Eles sabem que com milhões de trabalhadores desempregados ou precarizados podem exercer uma maior pressão para baixar os salários reais e impor condições de maior flexibilização trabalhista. Devemos generalizar a resposta de ocupar toda fábrica que suspenda ou demita, exigir sua estatização sob o controle operário. Os que juntaram riquezas não querem ceder um centésimo dos superlucros que acumularam.

Queremos abrir os livros de todos os capitalistas, para conhecer quanto ganham, como remetem o dinheiro, o que fazem com os lucros, que custos têm, que relações têm com outros grupos econômicos, com os bancos, com o exterior, etc. Temos de preparar para tomar o controle da economia, os capitalistas nos levam de um desastre a outro, não podemos continuar assim.

Todos os trabalhadores têm de **solidarizar com os que lutam**. Suas lutas têm de triunfar. E exijamos o fim dos processos sobre 5 mil lutadores, que foram criminalizados para nos intimidar. E exigir a libertação dos petroleiros de Las Hera. Exigir o fim da repressão aos protestos.

Temos de rechaçar os tarifas. Os serviços públicos essenciais devem ser nacionalizados. E exigir a eliminação de todos os impostos sobre o consumo popular, como o IVA e o imposto ao salário. O Estado dos capitalistas tem de ser financiado unicamente pelos capitalistas.

Nessa luta, reivindicamos e batalhamos pela **unidade de todo o movimento operário**, para recuperar a CGT e os sindicatos para os trabalhadores. A tarefa é **expulsar os burocratas traidores**. Discutamos como organizar um congresso de base do movimento operário com essa perspectiva. Temos de defender incondicionalmente os delegados e as comissões internas eleitas pelos trabalhadores contra a prepotência da burocracia, das patronais e do governo.

Não falamos de uma unidade burocrática, de aparato, por cima. As correntes que reivindicam da classe operária devem intervir unitariamente, abandonar todo o sectarismo, toda mesquinhez, impulso-

nar assembleias e ações conjuntas. A intervenção dividida e aparelhista desmoraliza a vanguarda, gera prejuízos, debilita a vanguarda. **A unidade é uma condição vital** para que triunfe a luta operária.

E também temos de tomar em nossas mãos a questão da dívida externa, que deve ser repudiada, desconhecida. **A dívida externa não se deve pagar.** O saque do país por meio da dívida externa, pagamos todos nós. Os trabalhadores são os que podem levantar consequentemente esta bandeira, pisoteada por todos os governos e pelos miseráveis politiquinhos da burguesia. Recursos gigantescos do país têm sido utilizados para pagar a dívida externa fraudulenta. Recursos indispensáveis para resolver os problemas mais urgentes da população. O governo tem pago a dívida como nunca antes na história e, sem dúvida, o capital financeiro internacional continua extorquindo.

Governo e oposição coincidem em descarregar a crise sobre os trabalhadores. Já estão em campanha eleitoral para as eleições de 2015. Todos eles são responsáveis por ter chegado a essa situação. Nenhum

deles têm resposta sobre nossos principais problemas. Têm endividado o país, o têm entregado, têm facilitado o saque de suas riquezas, têm permitido e facilitado a penetração das multinacionais nos principais ramos da economia, são elas as que têm a faca e o queijo nas mãos, são elas que mandam no país.

É necessária outra política para acabar com toda essa podridão e decomposição. A política de outra classe, da classe operária. Como a classe operária poderá impor sua política? Deve se livrar completamente da burguesia, de seus partidos, da ideia de que por meio das eleições ou do Congresso se pode transformar a realidade. Confiar nas próprias forças, em nossos próprios métodos de luta. Nenhum governo da burguesia poderá acabar com a submissão da Nação ao imperialismo. Somente a classe operária no poder, dirigindo os oprimidos, poderá libertar a Nação e libertar-se a si mesma das cadeias da exploração.

(Extraído do Jornal Massas, nº 291, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Avança a barbárie sionista contra os palestinos **O objetivo anunciado por Israel: destruir a capacidade de resistência armada do Hamas** **Qual é a resposta? Convocar a terceira Intifada! Armar a população de Gaza e da Cisjordânia!** **Em nossos países, organizar a luta anti-imperialista!**

A ofensiva de Israel, iniciada no dia 7 de julho, retrata com precisão a forma genocida que assumiu o Estado sionista. As autoridades israelenses e seus porta-vozes da imprensa mundial se agarram no argumento de que Israel está agindo em legítima defesa. Rechaçam a acusação de que aplicam “força desproporcional”. E responsabilizam o Hamas pelas mortes de civis. O bombardeio de moradias, escolas, mercados e hospitais são inevitáveis consequências, segundo Benyamin Netanyahu, do fato do “Hamas se ocultar por trás da população”. A matança de civis, no entanto, é tão contundente que a organização dos Direitos Humanos da ONU foi obrigada a votar a moção que caracteriza violações.

O governo brasileiro fez um gesto de reprovação chamando seu embaixador. Gesto esse que foi seguido por outros países latino-americanos. O assessor da presidente Dilma, Marco Aurélio Garcia, caracterizou a mortandade como “genocídio”. Causou furor dos sionistas. Dilma logo corrigiu seu assessor. Explicou que não se trata de genocídio, mas de “massacre”. Nota-se que o gesto diplomático brasileiro não vai além de um gesto. Para os petistas, é melhor do que não fazer nada ou apoiar Israel. Mas, no fundo, a hipocrisia acaba servindo de máscara ao sionismo.

Chama atenção a atitude do governo boliviano. Evo Morales rompeu relações diplomáticas com o Estado de Israel, caracterizando-o como um Estado “terrorista” e definindo que daqui para frente os cidadãos israelenses que queiram chegar à Bolívia deverão pedir visto de entrada. Que culpa tem o judeu perante as ações bárbaras do Estado sionista? O certo é que Evo Morales faz pose eleitoral para enganar os incautos e ocultar a realidade da submissão de seu governo ao capital financeiro imperialista (multinacionais). Chile, Equador, Peru e El Salvador também convocaram seus embaixadores em Israel para consulta. O certo é que nenhum governo adota ações efetivas para obrigar o imperialismo norte americano e o Estado sionista a cessar os ataques contra a população palestina. Tudo se esgota nas poses típicas da hipocrisia diplomática, enquanto o genocídio continua.

Qual é a diferença entre genocídio e massacre? No primeiro caso, trata-se de extermínio de uma população. Os judeus foram vítimas do genocídio nazista. A matança de judeus expressou materialmente a ideologia racial do arianismo. Mas, no fundo, expressou a ação de uma fração da burguesia mundial, o conflito interimperialista e a decomposição do capitalismo em sua fase de domínio do capital financeiro. A burguesia judia, acompanhada de sua classe média, oculta que os judeus foram alvo de uma fração da grande burguesia

alemã e de seus aliados.

As lutas raciais, assim como as religiosas, não ocorrem por si mesmas. Estão determinadas pela economia e pelas classes. Basta que se cuide de encontrar os fatores determinantes, suas relações e contradições para se identificar as raízes raciais do sionismo. As Forças Armadas de Israel atacam a população. Oitenta por cento dos mortos são civis. Entre eles, é alta a porcentagem de crianças. A carnificina, sem dúvida, indica genocídio. Essa é uma caracterização que os governos burgueses, que não querem compactuar com o massacre, se negam a fazer. Porque seria admitir que o Estado sionista se mantém e amplia seu território praticando crimes raciais – expressão da opressão nacional. Nesse sentido, está correto Marco Aurélio Garcia. Dilma capitulou diante das pressões internas e externas pró-sionistas.

O Estado judaico foi edificado sobre a ideologia do sionismo, uma forma de nacionalismo religioso. A aspiração da elite judaica em estabelecer uma identidade nacional extinta, não por acaso, se manifestou originariamente por meio da religião. Já na segunda metade do século XIX, brotou a proposição de que a Palestina era o lugar para superar a “diáspora”. Havia que instalar colônias na “Terra Santa”. O judaísmo e o hebraico ali teriam um porto seguro. Uma pátria reverteria a assimilação dos judeus nos países em que vivem e se combateriam as perseguições antisemitas. A formulação de um Estado judaico na Palestina foi concebida na segunda metade do século XIX, ainda com os preceitos da redenção e, portanto, do nacionalismo-religioso. Mas foi no final desse século que o movimento sionista ganhou dimensão de um movimento mundial. O Primeiro Congresso Sionista (1897) deu coesão política aos círculos judaicos de distintos países.

Theodor Herzl e Chaim Weizmann contaram com o apoio de ricos capitalistas judeus. O sionismo passou a ser indissociável do poderoso banqueiro inglês, Barão Edmond de Rothschild. Não foram os judeus da Palestina - fração ultraminoritária da população - que se colocaram por construir um Estado e impô-lo à maioria árabe. Os relatos atestam que viviam em harmonia. O movimento sionista foi arquitetado nas potências europeias, tendo como centro político a Inglaterra. Recorde-mos que os socialistas pequeno-burgueses da Rússia, representados pelo Partido Operário Socialista Judeu, sem dúvida, refletiram à sua maneira o sionismo e foram combatidos pelos bolcheviques. Pretendiam uma “autonomia nacional” no interior da Rússia, que se concretizaria por meio de um poder extraterritorial para questões judias. O movimento sionista burguês, porém, foi a força capaz de criar um Estado judaico nas condições de guerras imperialistas.

Se não fosse a intervenção de grandes capitalistas e o apoio da Inglaterra, Herzl e Weizmann não poderiam ir à frente com a política de imigração massiva e de compra de terras para instalar as primeiras colônias sionistas. Esgotado esse caminho, a conquista territorial se fez pelas armas. A guerra para sedimentar a invasão imigratória e para pôr em pé o Estado judaico passou para as mãos de homens como Vladimir Jabotinsky, Joseph Trumpeldor, Davi Ben-Gurion e Menachem Begin. Com a orientação colonialista e com a retaguarda do imperialismo, souberam aproveitar a crise do envelhecido Império Otomano, as contradições mundiais do capitalismo que intensificaram os antagonismos nacionais e que, finalmente, levaram à 1ª Guerra Mundial.

Não havia nenhuma possibilidade de implantar de fora para dentro da Palestina o Estado sionista se não fosse o concurso do imperialismo – primeiro da Inglaterra e em seguida dos Estados Unidos – na 1ª e 2ª Guerras Mundiais. Mas esse fenômeno não se circunscreve tão somente à sua implantação, definitivamente formalizada pela ONU em 1947, mas também à sua sustentação econômica e militar. Israel foi se tornando uma potência militar não por seu desenvolvimento próprio, mas sim por se constituir em um braço do imperialismo no Oriente Médio. Somente assim os israelenses puderam vencer a resistência inicial dos árabes (1948/49) e posteriormente as duas guerras (1967 e 1973).

As vitórias militares de Israel não apenas consolidaram o Estado sionista como abriram caminho para a expansão territorial. A questão judaica passou a ser não mais o Estado. Já se tinha conquistado parte da Palestina. Haveria de concluir o processo com o expansionismo territorial. Israel não iria ficar confinado às fronteiras originais. Os palestinos perderiam sua ascendência territorial e forneceriam a força de trabalho para a estruturação das relações capitalistas de produção. Parte desse objetivo foi realizada. A resolução da ONU de que os palestinos também teriam seu Estado não passou de uma manobra dos Estados Unidos e de seus aliados - entre eles se encontrava naquela circunstância de pós-guerra a União Soviética dirigida por Stálin.

Os acontecimentos mostraram e mostram que não havia possibilidade de criação de um Estado judaico sem que resultasse em opressão nacional dos palestinos. Inicialmente, a colonização imigratória criou um antagonismo com a população árabe que há quatro séculos habitava a Palestina. Os conflitos sangrentos passaram a fazer parte da nova situação criada desde que o movimento sionista impulsionou o processo de ocupação populacional da Palestina. Os israelenses, em nome de sua defesa, criaram suas milícias armadas, agindo legal e clandestinamente. O terrorismo sionista teve um importante papel na primeira fase colonizadora. É verossímil o relato de massacres de ambos os lados. No entanto, expressavam razões distintas: confronto entre colonizador e colonizado, entre opressor e oprimido. Os palestinos resistiam com violência à ocupação de seu território e os judeus atacavam para vencer a resistência.

O que está acontecendo, neste momento, é a continuidade do antagonismo criado já nos anos 20. Com a diferença que a opressão nacional se consolidou por meio de um Estado militarizado e se transformou em guerra permanente contra os palestinos. A Faixa de Gaza foi transformada em um campo de concentração e a Cisjordânia, ocupada. A resistência armada do Hamas é primitiva diante do aparato tecnológico das Forças Armadas de Israel. Sua capacidade depende da proteção da população. Isso explica o fato dos sionistas atacarem escolas, sinagogas, etc., apesar de a população não estar empunhando armas. Matar civis faz parte dos cálculos de guerra do governo e dos generais israelenses.

O processo colonizador iniciado na primeira metade de século passado não cessou e não vai cessar. Seu fim depende da subjugação total dos palestinos; ou do movimento de resistência das massas árabes se transformar em luta revolucionária pela destruição do poder

dos sionistas. Sobre a parte do território que em tese deveria servir a um Estado palestino, o governo sionista projetou a ocupação por novas colônias judias. As autoridades israelenses as justificam como uma forma de defesa do Estado judaico, bem como as medidas de violência reacionária que as acompanham. Essa via é a da subjugação completa dos palestinos.

Os porta-vozes do sionismo, em todo o mundo, alegam que o Hamas não reconhece o Estado de Israel e que por isso é o responsável pela guerra e pelas mortes de palestinos. Basta observar a mudança de posição do Fatah no início dos anos 90 para se concluir que Israel não pode admitir um Estado Palestino livre, independente e soberano. Arafat, finalmente, aceitou os termos dos Estados Unidos e de Israel para um acordo de paz. Em sua essência, a OLP abdicou da defesa de uma Palestina una, reconheceu o Estado judaico e abandonou a luta de guerrilha (o imperialismo qualifica de terrorismo toda luta armada dos palestinos). Israel, por seu lado, não recuou em sua política de colonização, reconhecendo apenas formalmente uma autonomia relativa dos palestinos. De nada adiantaram as custosas concessões de Arafat. Com toda razão, uma fração do movimento de libertação da Palestina considerou o acordo de Oslo uma capitulação.

Na relação de opressão nacional, o opressor não permite que a nacionalidade oprimida ganhe independência e se fortaleça militarmente. Não se trata de um raciocínio formal. Enquanto o Estado sionista mantiver seu poder no seio do Oriente Médio, terá de resguardar a relação de opressão nacional com os palestinos. Essa contradição implica que os sionistas pratiquem o genocídio. Os massacres desfechados contra a população expressam a opressão nacional. Se o Estado judaico burguês não vai mais longe com o genocídio – como foi o do nazismo contra os judeus, ou dos turcos contra os armênios – é porque a luta de classes mundial e o choque generalizado das nações oprimidas com o imperialismo não têm permitido.

Não temos dúvida de que a crescente violência contrarrevolucionária da burguesia sionista indica a impossibilidade de sobrevivência do Estado judaico, artificialmente criado pelas mãos dos Rothschilds e do imperialismo. É claro que Israel não vive nenhum perigo iminente. Trata-se de um diagnóstico histórico. O maior perigo à sua implantação foi vencido no período de 1948 e 1973. O nacionalismo árabe ofereceu a resistência mais poderosa. Mas como todo nacionalismo burguês não pôde levantar as nações oprimidas (Egito, Síria, Arábia Saudita e Jordânia, bem como os palestinos) em armas. A burguesia teme o armamento das massas. Não obstante, somente estas podem erguer a nação oprimida na forma de um movimento anti-imperialista contra a nação opressora. Israel, amparado pela poderosa máquina de guerra dos Estados Unidos, facilmente derrotou os governos nacionalistas e serviu de meio para as potências dominarem os Estados semicoloniais do Oriente Médio.

Depois da liquidação dos governos nacionalistas e do esmagamento do nacionalismo pequeno-burguês religioso, a feudal-burguesia árabe assumiu a condição de serviçal do imperialismo. Com o recente golpe militar no Egito e a brutal repressão à Irmandade Muçulmana, os palestinos voltaram à condição de isolamento e a sentir o peso do cerco econômico, social e militar imposto por Israel. Os levantes dos explorados contra as ditaduras em várias partes do Oriente Médio e do Magrebe assinalaram um caminho promissor para a luta nacional dos palestinos. Sem a direção revolucionária, porém, o movimento das massas foi desviado pelas forças políticas da feudal-burguesia e dos aparatos religiosos da pequena-burguesia. Israel tem a seu favor o Egito e Jordânia, que não apenas fecham os olhos para o genocídio como os têm como necessário para aplacar as tendências revolucionárias das massas árabes. A Síria se encontra despedaçada pela guerra civil. O Hezbollah do Líbano está mergulhado na defesa do governo sírio. Na própria Palestina, o Fatah assiste, desde a Cisjordânia, a Faixa de Gaza se afogar em sangue.

Pesa contra o Estado sionista a sua política militar de vencer o Hamas atacando a população que o apoia e o sustenta. A evidência da barbárie comove os palestinos da Cisjordânia que vivem diariamente em conflito com a ocupação e com o avanço colonial. Um levante das massas, sob os pés da Autoridade Nacional Palestina (ANP), sem dúvida, ampliará a resistência e chamará a atenção da população oprimida no Egito, na Jordânia e em outras partes para o significado da colaboração de seus governos com o sionismo e com o imperialismo. Apesar do atroz isolamento, Gaza tem a seu favor a enorme crise geral do capitalismo. A burguesia mundial está diante de uma nova etapa da luta de classes.

Israel tem por meta destruir a capacidade militar do Hamas, que, apesar de primitiva, oferece resistência ao expansionismo e dificulta ao Fatah ir mais longe com sua política de submissão da Cisjordânia ao colonialismo sionista. As Intifadas resultaram em rica experiência das massas, tendo à frente a heroica juventude, que tende a retomá-la e ampliá-la. Diante da tremenda opressão, objetivamente tem sido colocada a tarefa de dotá-las de um programa revolucionário, anti-imperialista e anticapitalista, e armá-las. O armamento geral dos palestinos constituiria uma poderosa força contra o sionismo genocida.

A resistência do Hamas não seria possível sem que estivesse imerso no seio das massas. Estas estão dispostas a grandes sacrifícios, mas terão de se constituir como força ativa, consciente e armada para cortar o

avanço do colonialismo. Não tardará para que os explorados do Egito se deem conta do papel contrarrevolucionário da ditadura de Al Sisi. Uma vitória por pequena que seja dos palestinos alimentará a luta geral das massas árabes contra seus governos entreguistas e o imperialismo.

Eis por que, imediatamente aos ataques de Israel a Gaza, o POR levantou a bandeira de armamento geral dos palestinos. Uma ampla resistência política e militar dos palestinos chamaria a atenção dos explorados do mundo inteiro e particularmente dos países árabes. Golpearia as direções políticas que se escondem por trás de uma falsa neutralidade e a gigantesca propaganda imperialista de defesa do sionismo genocida. Há que desmascarar os governos que se dizem contrários ao massacre de civis, mas que ao mesmo tempo condenam a resistência do Hamas. Há que se criticar duramente a esquerda pequeno-burguesa que se limita a denunciar a matança e a reclamar dos governos que boicotem economicamente Israel. A luta consequente em favor da causa palestina, sem dúvida, começa pela defesa e organização da luta anti-imperialista e anticapitalista em nosso próprio país.

Pela derrota do sionismo genocida!

Pela libertação da Palestina!

Pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

*2 agosto de 2014 - Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional*

Comitê de defesa da Palestina discute a continuidade do movimento

Após o ato em defesa da Palestina e contra o genocídio promovido por Israel, aconteceu uma reunião para organizar as próximas atividades. Os atos estão sendo realizados por uma frente, composta por vários partidos, organizações e movimentos sociais, inclusive o POR. Nessa reunião, reiteramos o nosso apoio às ações de rua realizadas em defesa do povo palestino e propusemos que a frente faça um chamado à classe operária.

A forma democrática de organização e condução dos atos são extremamente positivas para a ação unitária das várias organizações que se posicionam contra os ataques sionistas. Esse genocídio tem raízes profundas, de modo que limitar-se à reivindicação de que o governo brasileiro rompa relações com os sionistas e à promoção de campanhas de boicote contra os produtos israelense é não ir ao âmago da questão. Pelo contrário, dissimula as verdadeiras causas do genocídio. O POR fez essa colocação no sentido de mostrar que é preciso não apenas se solidarizar com os palestinos, mas também expor claramente qual é a resposta revolucionária ao colonialismo sionista.

A criação do Estado de Israel, assim como as fronteiras nacionais atualmente existentes no Oriente Médio corresponderam aos interesses das potências vitoriosas no pós-guerra. Os países imperialistas utilizam-se das fronteiras para jogar uma nação contra a outra. Agem por cima delas, tanto econômica quanto militarmente. A questão da Palestina não se resolverá efetivamente apenas nos marcos de Gaza e Cisjordânia, mas dependerá da mobilização das massas árabes. As ações militares e expansionistas de Israel, de 1948 a 1973, avançando

sobre a Cisjordânia e norte do Egito e, posteriormente, oeste da Síria, tiveram caráter estratégico para sua imposição na região. Nesse sentido, o POR mostrou a importância das bandeiras de uma Palestina unida, sob uma república socialista e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Para conter a violência e o expansionismo sionista, a retomada desses territórios é fundamental. Baseado nessa compreensão, o POR abriu a discussão sobre a necessidade das manifestações levantarem a bandeira de armamento geral da população palestina.

Imediatamente, as organizações que compõem o comitê se colocaram contra. Coube ao representante do PT, e mais incisivamente do PSTU, rechaçar a posição apresentada pelo POR. Segundo o militante do PSTU, nossa bandeira é uma maneira de fugir da questão essencial: a libertação nacional. Disse que hoje não defende uma Palestina socialista, mas um Estado laico-democrático, tal como era formulado pela OLP. Alega que devemos focar nas questões comuns, que unificam o movimento: campanha de boicote, pois é crucial para isolar Israel. O representante do PSTU procurou dizer que as bandeiras de armamento da população e de um Estado socialista da Palestina não eram comuns, e, portanto, dividiria o movimento. O POR respondeu que a colocação de sua posição era justamente para se tornar comum ao movimento, uma vez que a vitória da nação oprimida palestina somente será alcançada pela via revolucionária, portanto, nas condições de genocídio o armamento das massas é uma condição para se derrotar o Estado sionista de Israel.

Bahia / Realizado ato em solidariedade à Palestina

No dia 25 de julho, foi realizado um ato em solidariedade ao povo palestino em Salvador-BA. Participaram algumas organizações políticas (POR, PSTU, Psol e anarquistas), além de independentes. Na ocasião, foram feitas denúncias do massacre promovido pelo Estado sionista de Israel contra a população palestina na Faixa de Gaza. Há mais de um mês, a Palestina tem sido alvo de bombardeios das forças armadas israelenses, que resultaram até agora em cerca de 1.800 mortes, a grande maioria civis e crianças. Um verdadeiro massacre, patrocinado pelos EUA, que financia o Estado de Israel.

O POR participou do ato, manifestando sua solidariedade ao

povo explorado palestino contra o massacre de Israel, mostrando que somente o povo em armas será capaz de barrar a ofensiva e conquistar o direito à autodeterminação e a soberania. Denunciamos que o Estado de Israel é um enclave sionista criando pelos países imperialistas, em particular os EUA, após a Segunda Guerra Mundial em uma região rica em petróleo e estratégica para o domínio político e militar imperialista. No dia 28 de julho, houve uma nova reunião, em que foi constituído um Comitê em Solidariedade ao Povo Palestino, que marcou um novo ato para o dia 08 de agosto, em frente ao Iguatemi, em Salvador.

Agigantam as tendências bélicas do imperialismo

A Primeira Guerra Mundial completa 100 anos. Em 2015, farão 70 anos do fim da 2ª Guerra. Do mesmo modo que nos anos prévios a essas guerras, a atual situação política mundial se caracteriza pelo agravamento dos antagonismos nacionais e sociais, exacerbação da disputa econômica entre as potências, armamentismo e intervencionismo imperialistas e guerras civis. As contradições que levaram à maciça destruição de forças produtivas e riquezas nacionais acumuladas, por várias gerações, afloram de novo com violência redobrada.

Avança a barbárie social

O gigantesco acúmulo de valores criados já não pode ser utilizado nem para o crédito nem na produção social. O capitalismo tampouco encontra uma válvula de alívio nos estreitos limites dos mercados internos. Estes se estreitaram ao ponto de comprimir ainda mais as forças produtivas, de atrofiá-las e asfixiá-las. Em toda parte, se erguem barreiras político-econômicas que espremam cada vez mais as forças produtivas dentro das fronteiras nacionais. A crise de superprodução alimenta esse processo e obriga a burguesia a atacar a força de trabalho, aprofundar o saque das semicolônias e realizar violentas contrarreformas econômicas e políticas contra os direitos e conquistas sociais das massas.

O enfrentamento da crise e a queda da taxa média de lucros dos monopólios exigem uma alteração da política internacional das potências, tornando-as mais agressivas. Ocorre que a técnica e a produção social atingiram um grau tão alto de desenvolvimento que se rebelam violentamente contra os limites da propriedade privada e das fronteiras nacionais. As tendências bélicas refletem a contradição entre a produção social e as relações capitalistas de produção. Contudo, na medida em que as forças produtivas são monopolizadas pelas potências capitalistas, estas procuram romper os obstáculos ao seu desenvolvimento por meios bárbaros, destruindo forças produtivas e riquezas numa escala nunca vista.

Por isso é que a áspera disputa entre as frações burguesas pela repartição econômica do planeta e o rearmamento dos Estados para a guerra são a prova de que se prepara uma nova repartição dos mercados, dos recursos naturais e das fontes de matérias-primas pela violência. A divisão do mundo provocada pela 1ª e 2ª Guerras Mundiais se esgotou e, agora, se impõe a necessidade de um novo equilíbrio (anexação e conquista de territórios) de acordo com as mudanças operadas entre as forças econômicas e políticas das potências. Esta é a tendência geral desta etapa.

Desenvolvimento das tendências bélicas

O choque entre as diversas frações monopolistas na sua disputa pelos mercados e fontes de matérias-primas ainda se apresenta sob a forma de guerra comercial (protecionismo, sanções e bloqueios econômicos). Mas, não demorará para se manifestar na forma de choques militares. Basta olhar as regiões mais convulsionadas para constatar que as potências estão incrementando seu militarismo. Esta tendência se manifesta principalmente na Europa do Leste, na Ucrânia, onde se enfrentam duramente o imperialismo e a Rússia; também na Ásia e na região do Pacífico, onde a China, de um lado, e o Japão e os Estados Unidos, de outro, ameaçam resolver suas disputas pela via armada.

A Ucrânia passa por um novo estágio do processo de restauração do capitalismo. O imperialismo pretende anexá-la como base de manobra para colonizar a Rússia. A rebelião pequeno-burguesa do oeste contra o governo pró-russo, o golpe de Estado e a posterior ação militar contra os separatistas do leste são parte de um plano imperialista para modificar a política protecionista da oligarquia restauracionista que controla o Estado na Rússia. Em resposta, a oligarquia grão-russa anexou a Criméia como instrumento de defesa de seus interesses militares, econômicos e comerciais. Os métodos imperialistas fracionam dessa forma o país de

acordo com os interesses das frações burguesas em disputa de um lado e de outro das fronteiras. A derrubada do avião da *Malaysian Airlines* serve agora como pretexto para ampliar a presença militar do imperialismo. Em setembro, ocorrerão exercícios militares da OTAN simultaneamente na Polônia, Estônia, Lituânia, etc. Será a maior concentração de forças militares do organismo desde a “guerra fria”. Coincidirá, do mesmo modo, com a data fixada por Kiev para esmagar a rebelião do leste a qualquer custo. A Rússia já posicionou tropas, aviões e tanques na fronteira com a Ucrânia. Sejam quais forem as manobras diplomáticas, será já impossível resolver o conflito pela via dos acordos ou da democracia burguesa. Então se criando as condições para um choque militar em grande escala.

Na região da Ásia e do Pacífico, os choques diplomáticos e as ameaças mútuas entre o Japão e a China são cada vez mais duros. A China vem reforçando seu orçamento militar, treinando manobras de desembarque e ações táticas rápidas. O Japão, com a aprovação dos Estados Unidos, promove um rearmamento gigantesco, que coincide com a necessidade do imperialismo norte-americano de criar uma cabeça de ponte rápida para atacar a China em caso de necessidade. O deslocamento de aviões de bombardeio tático e estratégico às bases norte-americanas no Japão, assim como a aprovação da emenda constitucional que permite transladar ogivas nucleares norte-americanas à ilha, demonstram que o cerco econômico e diplomático contra a China terá também uma expressão militar, quando este país se ver obrigado a romper o instável equilíbrio alcançado, sob risco de ser sufocado e esmagado dentro de suas fronteiras nacionais.

Certamente, a via militar depende de múltiplas condições e combinações históricas, principalmente depende do curso da luta de classes. Mas, não é no cenário dos choques diplomáticos ou das declarações pacifistas – isto é, nos marcos do capitalismo – onde se resolverão as contradições do impasse capitalista. Na ausência do proletariado organizado como classe revolucionária, será no campo militar onde se imporá uma saída reacionária à situação mundial, seja esta em caráter “dissuasório” ou de ataque e conquista de territórios.

A Palestina representa, sem dúvida, condições especiais na situação descrita. O sionismo expressa a forma mais reacionária do imperialismo em sua fase de decomposição: anexação de territórios por métodos colonialistas e pela via do genocídio. Apesar da trégua, novas invasões e, finalmente, uma ocupação militar de Gaza é a via de solução do impasse. O Estado sionista precisa anexar e integrar Gaza e seus recursos ao território israelense. Essas condições levarão as massas palestinas a novas rebeliões e à ampliação da resistência popular. Fundamentalmente, se acelerará a experiência das massas árabes com os governos serviais do imperialismo que apoiam o sionismo. Talvez, como em nenhuma outra parte do mundo, na atualidade, estão criadas as condições objetivas para a projeção de um poderoso movimento regional de resistência das massas oprimidas à opressão nacional e aos governos lacaios do imperialismo. Isto é, as condições materiais e sociais para transformar a resistência armada de milícias palestinas em guerra nacional revolucionária dos oprimidos contra seus opressores. Essas condições, no entanto, exigem que se dotem as massas de um programa revolucionário, anti-imperialista e anticapitalista. O que implica a constituição de sua vanguarda em partido marxista-leninista-trotskista.

Avança a balcanização de países e regiões inteiras

Com as tendências bélicas se desenvolve também a fragmentação e dissolução das fronteiras nacionais. Um exemplo disso é o Iraque, um Estado quebrado e incapaz de unificar o país. Foi ocupado militarmente e hoje tem a sua integridade territorial despedaçada pelas forças centrfugas do integrismo religioso e da ação do imperialismo junto às burgue-

sias árabes e judias. Neste momento, tende a fragmentar-se em pequenos estados etnicamente homogêneos, mas frágeis política, econômica e militarmente. Ao mesmo tempo em que se constitui num bloqueio à consolidação de um movimento revolucionário nacional baseado nos métodos e na estratégia do proletariado mundial, essa fragmentação serve às potências. Desse modo, o desmembramento do Iraque é a continuidade do método imperialista para redividir o Oriente Médio.

No mesmo sentido, se projeta a guerra civil na Líbia. Com suas particularidades, este país reflete as mesmas condições históricas do intervencionismo imperialista no Iraque. O governo fantoche, surgido da derrota de Kadafi pela força das armas imperialistas, foi obrigado a refletir as profundas contradições tribais e étnicas da frente miliciana que serviu de apoio terrestre ao aparato de guerra das potências. O governo é incapaz de administrar e unificar o país. E a democracia burguesa é impotente para resolver a situação. A experiência demonstrou às milícias que as armas e o controle territorial, e não as ambíguas e fajutas formas democráticas, são uma fonte de poder e de lucros que podem se conseguir à margem do Estado. De fato, a Líbia caminha para a fragmentação territorial, em razão dos recursos naturais. A intervenção imperialista que derrotou Kadafi criou também novas formas através das quais reforçou seu controle do país por cima de suas fronteiras nacionais. O esmagamento da autonomia e soberania nacionais facilitam o imperialismo negociar petróleo e gás diretamente com as milícias que controlaram os poços petrolíferos e os portos. É o mesmo que se aplica na permissão aos curdos, ao norte do Iraque, para que estes vendam diretamente petróleo, desconhecendo o governo e as instituições nacionais.

Na África, se reproduz o mesmo processo, ainda que ajustado às condições sociais e históricas diferentes. É o caso de Sudão do Sul, um país criado sob os auspícios do imperialismo em 2011. Pela via da

Fora os Estados Unidos do Iraque e do Oriente Médio

O imperialismo norte-americano voltou a intervir militarmente no Iraque. Desta vez, contra o movimento do Estado Islâmico no Iraque e no Levante (Isil). Aviões e drones despejam bombas contra as milícias jihadistas que avançam contra o domínio da oligarquia xiita encabeçada por Nuri Al Maliki.

Barack Obama havia declarado que a solução dos conflitos entre sunitas, xiitas e curdos viria com uma mudança no poder do Estado, o que implicava compartilhar a ditadura de Maliki com uma fração feudal burguesa dos sunitas. Essa via fracassou. Os jihadistas avançaram. E o imperialismo decidiu passar das pressões políticas para a intervenção militar.

Diz Barack Obama que não é objetivo dos Estados Unidos invadirem por terra o Iraque para combater o Isil. É mais um jogo da Casa Branca. O certo é que o imperialismo já se envolveu militarmente. Está claro que a retirada das tropas do Iraque por Obama foi apenas uma contingência diante da contínua resistência dos iraquianos à ocupação de seu País. Em nenhum momento, o afastamento das tropas intervencionistas significou libertação do Iraque. Ou seja, o Iraque continuou sob intervenção.

O ditador e fantoche dos Estados Unidos, Maliki, manteve os laços da dominação externa. Deve ser derrubado pelos próprios iraquianos. Somente a unidade entre xiitas, sunitas e curdos contra a feudal-burguesia e contra o imperialismo poderá abrir um caminho progressivo para a solução dos conflitos que despedaçam o Iraque.

O Isil é produto da ampla opressão exercida pelos Estados Unidos e pelas potências europeias sobre o Oriente Médio e das disputas entre frações da feudal burguesia árabe. Sem dúvida, não é um movimento capaz de conquistar a libertação nacional do Iraque. Seus pressupostos religiosos e políticos – constituir um califado – expressam o enorme atraso do desenvolvimento do capitalismo no Oriente Médio e dos fracassos passados do nacionalismo burguês árabe.

Ocorre que sua imersão na Síria e agora no Iraque, ameaçando avan-

fratura do antigo território nacional, a conquista dos imensos e ricos poços petrolíferos pela China passaram agora para a jurisdição de um governo criado à imagem e semelhança dos interesses monopolistas e da oligarquia financeira. Contudo, a profunda crise econômica não impediu que as contradições sociais do recém criado país estourassem sob a forma de choques inter-religiosos. Sudão do Sul está mergulhado numa guerra civil. Está colocada uma nova divisão do país ou a resolução do impasse pela via do intervencionismo militar.

Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista

A barbárie social se alimenta da ausência de uma direção revolucionária mundial que impede a projeção das rebeliões populares e nacionais contra as condições de opressão social e nacional pela via da revolução proletária, socialista. Sejam quais forem as circunstâncias concretas de cada país, a luta pela autodeterminação nacional e pelo fim da opressão social ou nacional terá de assumir o conteúdo histórico de um movimento anti-imperialista e anticapitalista. A autodeterminação será reivindicada pela classe operária aliada ao campesinato e demais camadas oprimidas da população, recuperando as raízes históricas da unidade nacional como resultado da revolução proletária.

A tarefa colocada é a derrubada das oligarquias restauracionistas, dos governos servis ao imperialismo e superar o impotente nacionalismo burguês ou pequeno burguês. A ausência do partido revolucionário mundial é o principal obstáculo para que o proletariado do mundo inteiro, e o de cada país em particular, possa dar esta resposta de classe, a única justa. É necessário preparar as massas para consumir esta perspectiva. A chave desse processo é a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, a IV Internacional, capaz de educar os operários e camponeses na luta de classes e projetá-los para a tomada do poder.

çar para a Jordânia, se choca com o poder constituído da feudal burguesia dominante e com o imperialismo. Observa-se que, na ausência de partidos revolucionários e de movimentos socialistas que levantem as nações oprimidas contra as nações opressoras, empunhando o programa da independência nacional, da nacionalização das fontes de matérias primas, da expropriação e estatização das multinacionais e da solução das tarefas democráticas do capitalismo atrasado, surgem revoltas populares canalizadas pela religião e movimentos jihadistas do tipo Isil.

Diante dos ataques do imperialismo, está colocada a defesa da nação oprimida contra o imperialismo. A luta pela autodeterminação das nações oprimidas se constitui em um dos pilares do programa revolucionário. Em seu fundamento está a independência nacional dos povos subjugados e fim de toda intervenção econômica, política e militar das potências. Sua imposição se dará com a luta pela expropriação do grande capital e pela conversão da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

A feudal burguesia árabe já provou que não passa de um instrumento do imperialismo contra as massas exploradas e contra a nação. Os novos movimentos como o Isil expressam justamente o apodrecimento da feudal burguesia árabe, sem contudo expressar as tarefas revolucionárias das nações oprimidas. O califado é uma idealização religiosa arcaica, mas que tem profundas raízes históricas no Oriente Médio. Está aí por que é necessário defender o Isil contra a intervenção do imperialismo, demonstrando seu arcaísmo nacional-religioso e levantando o programa democrático e socialista.

Pelo levante das massas oprimidas para derrotar o imperialismo!

Expulsar os Estados Unidos do Iraque e do Oriente Médio nacionalizando os recursos naturais e estatizando as multinacionais!

Lutar pela emancipação dos povos oprimidos sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.